

ATA N.º 05/2014:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2014:

No dia cinco de março de dois mil e catorze, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Empréstimo bancário de curto prazo, no valor de 2 milhões de euros – Aprovação das cláusulas contratuais

PONTO 2 – Abertura de conta bancária

PONTO 3 – Processo Disciplinar n.º 02/2013 – Aplicação de pena disciplinar

PONTO 4 – Redução da tarifa de ingresso no cinema – Cine France

PONTO 5 – Protocolos de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e o Grupo de Teatro ATA – Ação Teatral Artimanha, o Grupo Coral Ausentes do Alentejo e o Bardoda – o Grupo do Sarrafo

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida – ARCOLSA para apoio à realização do XX Festival do Queijo, Pão e Vinho

PONTO 7 – Hasta Pública – Atribuição de direito de ocupação de espaço de venda do Mercado Municipal de Palmela

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado no n.º 2 e para os efeitos do n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, e bem assim do que dispõe o n.º 2 e n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15.11, na sua redação atual conferida pelo Decreto-Lei 30/2008, de 10.07 (C.P.A.), a Câmara Municipal deliberou a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Exmo. Senhor Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, **por unanimidade**, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

- **ATA n.º 22/2013, da reunião ordinária de 11 de dezembro de 2013 – Aprovada, por unanimidade;**
- **ATA n.º 23/2013, da reunião ordinária de 18 de dezembro de 2013 – Aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.**

Informações:

O **Sr. Presidente** cumprimenta os presentes.

- ***Inauguração do Quartel do Destacamento Territorial da GNR de Palmela*** - O **Sr. Presidente** expressa que a *inauguração do Quartel do Destacamento Territorial da GNR de Palmela* foi um dia importantíssimo para a freguesia de Palmela e, também, para todo o território do concelho. Trata-se duma infraestrutura de grande qualidade que se vê consolidada. O equipamento em causa alberga o Posto Territorial de Palmela da GNR, mas está pronta e dimensionada para acolher o Destacamento Territorial da GNR de Palmela. É um desejo antigo da população. O Município assumiu, ao longo de muitos anos, a postura de reivindicação e teve de manifestar as razões e os argumentos de força para averiguar as respostas que são necessárias ter para este território. A Autarquia tem assumido uma postura séria de cooperação. Essa cooperação tem sido visível não só pela disponibilidade que o Município tem desde sempre manifestado na cedência de terreno, mas também pela facilitação do conjunto de diligências, tendo em vista investimentos da responsabilidade da administração central, quer seja na área da saúde e/ou na área da segurança e da proteção. Assim aconteceu com a cedência de um terreno em Pinhal Novo (à época para o Posto Territorial) e, mais tarde, a partir de 2006, o Município investiu 100 mil euros na aquisição de um terreno para possibilitar a

construção duma obra que não é da sua responsabilidade. Os contatos formalizados com o MAI (Ministério da Administração Interna) permitiram o lançamento do concurso para efetivação da empreitada. Os técnicos da Autarquia fizeram o acompanhamento/fiscalização da obra, em conjunto com outros atos, que se fossem transformados em euros surtiriam num peso significativo, porque ter engenheiros e arquitetos a preparar concursos e a fiscalizar a obra diariamente, resultaria num determinado custo. Há empreitadas que têm o custo da fiscalização adjudicada em simultâneo com a adjudicação da empreitada. O Município suportou esses custos e refira-se que o fez com muito gosto. Quando se chega a um resultado como este – inauguração do Quartel do Destacamento Territorial da GNR de Palmela – sente-se que vale a pena esta cooperação. Está lançado à tutela o desafio para a cooperação em outras áreas, designadamente: a construção dos pavilhões desportivos nas Escolas Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo. A última reunião havida com a Parque Escolar foi decisiva para começar novamente a “abandar” este processo. No que concerne à área da saúde aguarda-se uma resposta até final deste mês – nova Extensão de Saúde de Pinhal Novo Sul.

O **Sr. Presidente** volta a referir-se à inauguração do Destacamento Territorial da GNR de Palmela, dizendo que, o dia de hoje, é um dia importante para os munícipes e para a GNR. Os munícipes e autarcas também gostam que quem os protege tenha condições dignas para exercer com eficiência e eficácia o seu trabalho. Contudo, não deixa de fazer notar alguma mágoa, porque continua a existir a expectativa legítima do Destacamento. A cerimónia da inauguração decorreu com dignidade, simples, bonita e com resultado feliz, porque as instalações são ótimas, mas há algo que está incompleto e a Câmara Municipal não vai deixar de perseguir esse desiderato. Haverá novas etapas para se perceber o que vai acontecer, até porque o Sr. Ministro lhe comunicou que tem em formação mais 400 guardas a distribuir pelo país.

Conclui dizendo que o Destacamento Territorial da GNR de Palmela tem outra estrutura e outros meios, quer em número de efetivos, quer em especialização de áreas de investigação, pelo que se pretende que a sua intervenção seja, de facto, uma realidade. Não vão desistir de lutar por esse objetivo.

• ***Semana dedicada à Freguesia de Palmela / Reunião de Câmara descentralizada*** –

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a *Semana dedicada à Freguesia de Palmela* decorre de 17 a 21 de março. A *reunião de Câmara descentralizada* terá lugar no dia 19 de março, pelas 21:00 horas, no Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz, em Brejos do Assa. Os munícipes desta localidade têm vindo, nos últimos tempos, a reclamar um conjunto de intervenções, pelo que faz todo o sentido reunir mais perto daquela população. Para a Semana dedicada à Freguesia de Palmela estão programados muitos fóruns de debate, assim como a apresentação de

projetos e/ou intervenções, estratégias para o Centro Histórico da vila de Palmela e diferentes planos de trabalho.

• **Parque solar fotovoltaico da Salgueirinha** – O **Sr. Presidente** refere que na Freguesia de Pinhal Novo, no lugar da Salgueirinha, decorrem já as obras do Parque solar fotovoltaico da Salgueirinha, um importante investimento (superior a 10 milhões de euros), promovido pela empresa Portuguesa Balanço Solar, Lda., com capital escocês e os trabalhos de construção executados pela Efacec Renováveis, destinado à produção de energia a partir de fontes renováveis. Com uma potência instalada de 4 MW, o Parque tem como objetivo produzir energia elétrica para injeção na rede nacional, estimando-se uma produção anual equivalente ao consumo médio de mais de 2 mil famílias.

Mais refere que se trata de um projeto 100% português promovido pela Balanço Solar, Lda., empresa investidora, em parceria com a Efacec Renováveis, responsável pela construção. Esta unidade fotovoltaica, em fase de instalação, representa um passo em frente no percurso definido pelo Município de Palmela no âmbito da sua estratégia de conceção, desenvolvimento e implementação de projetos ao nível da oferta e procura de energia, na captação de investimento para o território e no desempenho das suas competências em matéria de promoção do uso racional dos recursos endógenos e renováveis. É sabido que a Autarquia tem estado a discutir (e já terminou a fase de discussão pública) o plano de ação para a energia sustentável do concelho de Palmela, em que um dos eixos de intervenção tem a ver com o aumento destas fontes de energia, tendo em vista reduzir as emissões de carbono. Atingiram-se metas muito ambiciosas que se entende dever assumir em alinhamento com metas nacionais e metas europeias. Em fase de concurso, no início de 2010, através da Agência de Energia da Arrábida, houve um forte empenhamento da candidatura para que ficasse um dos grandes investimentos neste território. Por outro lado, refira-se o excelente posicionamento estratégico na península, mas que pode não ser suficiente, porque há quem esteja mais estrategicamente colocado. A energia tem de ser entregue num local que tenha condições para a receber e que, simultaneamente, não seja muito distante sob pena de o investimento não se justificar. A escolha do concelho de Palmela teve a ver com isto e, também, com as negociações que decorreram para encontrar um terreno com as dimensões necessárias e determinadas características de localização. Não foi fácil conseguir um conjunto de autorizações (um dos terrenos na denominada mancha 8 na zona da Salgueirinha), mas pela natureza ambiental, ecológica e sustentável do projeto, obteve um conjunto de permissões. A Autarquia de Palmela, em boa hora, alienou um terreno e tem parte de um outro para ceder em direito de superfície a esta empresa. Vão ser criados de 2 a 4 postos de trabalho, mas o potencial é, sobretudo, a energia que vai ser colocada na rede e permite que se fique menos dependente de outras fontes energéticas que não são renováveis.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta cumprimentos.

• ***Dia Mundial do Teatro - Comemorações no âmbito do Dia Mundial do Teatro*** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que a 27 de março comemora-se o *Dia Mundial do Teatro* – data instituída em 1961 pelo Instituto Internacional de Teatro da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Refere que, no concelho de Palmela, as comemorações deste dia resultam de uma parceria entre a Câmara Municipal e os grupos de teatro e decorrem durante todo o mês, nas diversas salas de espetáculo do concelho. Os grupos de teatro amadores do concelho e vários profissionais sobem ao palco, com um conjunto de propostas para os diferentes públicos, da comédia à revista, passando pelas marionetas, ateliês e aulas de teatro. Contando atualmente com 9 estruturas teatrais, duas delas profissionais, o concelho de Palmela apresenta uma diversidade de oferta teatral, resultado de um trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 20 anos, baseado na promoção da atividade teatral como arte comunitária. Com a criação de um plano integrado de apoio aos grupos de teatro, à criação de eventos, à formação e à mobilidade, tem sido possível um crescimento sustentado das estruturas e o envolvimento de dezenas de participantes. A maioria dos grupos amadores do concelho, apresentam hoje, uma regularidade de trabalho e de envolvimento com a comunidade, e contribuem para a apresentação de um programa de comemorações diversificado e com representações em todo o território concelhio.

Finaliza dizendo que, de 11 a 30 de março, vão realizar-se mais de uma dezena de atividades, entre representações, *ateliês* e outras ações que compõem o programa das *Comemorações do Dia Mundial do Teatro*, iniciativas a cargo de 9 companhias de teatro, 5 das quais do concelho de Palmela. Deixa o convite a todos quantos queiram assistir.

• ***Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL)*** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a Câmara Municipal de Palmela vai estar presente na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa 2014, a maior feira de turismo do país, que decorre de 12 a 16 de março, na FIL/Parque das Nações. A BTL é um espaço de negócios por excelência, propício à realização de ações diversas de *marketing*, comunicação e relações públicas, onde, entre vários eventos paralelos e encontros, se pretende conhecer as últimas tendências do mercado turístico. A BTL 2013 encerrou as suas portas com um balanço muito positivo, atingindo os 65.000 visitantes, dos quais 2.500 eram profissionais estrangeiros e 350 *hosted buyers* provenientes de 25 mercados internacionais.

Acrescenta que a convite da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (ERT-RL), a Câmara Municipal de Palmela estará presente no stand da ERT-RL de 504m² (pavilhão 1). Será disponibilizado ao Município, um espaço/área de 10m² (aproximadamente), gratuito, com um

posto individual de atendimento e respetiva imagem do Município, assim como a utilização de áreas comuns para atividades de animação e lazer. A presença do Município no certame contempla, a promoção da oferta turística, a captação de novos subscritores ao "Palmela Tourist Card", o atendimento aos profissionais e público, provas de vinhos comentadas por produtores da região, artesanato ao vivo, animação musical, e um espaço para reuniões dos agentes económicos do concelho.

Refere, igualmente, que está agendada a apresentação do EOC/ETOC 2014 - Campeonato da Europa de Orientação e o Campeonato da Europa de Orientação de Precisão, seguida de uma prova de vinhos comentada, no dia 13 de março, às 17 horas, no *stand* da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa. Esta competição internacional, que reúne muitos dos melhores atletas de elite de todo o mundo, terá lugar de 9 a 16 de abril, no concelho de Palmela. A sua organização está a cargo da Federação Portuguesa de Orientação e da Câmara Municipal de Palmela.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes.

• **19.ª Edição do projeto "Março a Partir"** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que decorre de 1 a 30 de março, em 2014, *19.ª Edição do projeto "Março a Partir"*. São 19 anos consecutivos de trabalho em parceria com o movimento associativo juvenil do concelho. O *"Março a Partir"* é, em cada ano, aquilo que os jovens desejam que seja, porque é promovido e organizado ao longo do ano por eles. O *"Março a partir"* deste ano vai decorrer nos principais equipamentos municipais: nas duas Escolas Secundárias, nas três Escolas Básicas, no Parque Venâncio Ribeiro da Costa – em Palmela, nas principais entidades do concelho, comemorando a juventude com os jovens, através de projetos participativos relacionados com o cinema, o teatro, a música, o desporto, o lazer, a dança, a literatura, o ambiente, o património, a solidariedade e o empreendedorismo. É um projeto que tem vindo a crescer. No ano de 2010 teve 15 promotores e 29 atividades. No ano passado deu um salto qualitativo muito grande: teve 38 promotores e 55 atividades e, este ano, consegue ultrapassar o ano passado com 43 promotores e 55 atividades – aumento do número de promotores. São 55 atividades promovidas por nove associações juvenis, duas associações de estudantes, nove grupos informais de jovens e 23 entidades que trabalham com a juventude.

Acrescenta que houve lugar a um concurso de imagem como é indicado no programa do *"Março a Partir"*.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** destaca as seguintes iniciativas:

- . Dia 9 - Dia a Slackar com Gameday, no jardim em frente à rodoviária e no CRJ (Centro de Recursos para a Juventude) de Palmela;
- . Dia 9 - Caça ao Tesouro da Ordem de Santiago no Castelo e esplanada de Palmela;

- . Dois ciclos de cinema: ciclo de cinema feminista a 8 de março; Poof. ciclo de cinema LGBT a 19, 20 e 21; Filme de terror "75 cl" em dois dias;
- . Dia 22 - Festival PN (bandas de música e jovens talentos) no Mercado Municipal de Pinhal Novo;
- . Dia 28 - Manifestar a rappar (bandas de rap) na esplanada do Castelo de Palmela.

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** saúda os presentes.

• ***Passagem superior ao caminho de ferro / Reabertura da Estrada Municipal 533*** – A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** presta a seguinte informação sobre a empreitada de "Recuperação da passagem superior ao Km 3029" mais conhecida pela ponte sobre a linha de caminho de ferro (liga Lagameças ao Poceirão):

. A obra terminou ontem, pelo que, no dia de hoje, foi reaberta ao trânsito a Estrada Municipal 533, em toda a sua extensão. Tratou-se de uma obra de emergência que a Câmara Municipal de Palmela assumiu, apesar de estar em causa uma infraestrutura da REFER (Rede Ferroviária Nacional) que a Autarquia nunca rececionou. Considerando a necessidade de garantir a segurança na utilização da Estrada Municipal 533 e realizar as obras de forma célere, para evitar mais transtornos à população, a Câmara Municipal adjudicou, em janeiro último, a empreitada que está agora concluída. Refira-se que a empreitada teve um custo de cerca de 57 mil euros.

O Sr. Presidente propõe a admissão para discussão no *Período Antes da Ordem do Dia* dos seguintes documentos: três Moções, uma Saudação e um Voto de Congratulação. Assim:

. **Saudação (Dia Internacional da Mulher)** – A ser apresentada pela Sr.ª Vereadora Adília Candeias;

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação para discussão e votação.

. **Moção (Dia Nacional da Igualdade Salarial)** – A ser apresentada pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho;

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção para discussão e votação.

. **Voto de Congratulação (Andreia Zeferino, Sociedade Filarmónica União Agrícola)** – A ser apresentado pelo Sr. Vereador Adilo Costa;

Aprovado, por unanimidade, a admissão do Voto de Congratulação para discussão e votação.

. Moção (Pela tolerância de ponto no Carnaval) – A ser apresentada pela Sr.^a Vereadora Cristina Baptista Rodrigues;

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção para discussão e votação.

. Moção (Condenação pelos crimes contra a Humanidade perpetrados pelo regime da Coreia do Norte) – A ser apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro;

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção para discussão e votação.

Pela **Sr.^a Vereadora Adília Candeias** foi apresentada a seguinte Saudação:

. SAUDAÇÃO (Dia Internacional da Mulher)

(Esta Saudação é subscrita pelos eleitos da CDU e PS)

“O Dia Internacional da Mulher - 8 de março - é há mais de um século uma data marcante que celebra a luta das mulheres trabalhadoras pela redução do horário de trabalho, pela valorização salarial e igualdade entre homens e mulheres, profundamente atual e pertinente, no contexto de crise económica e financeira – e de valores - que aflige Portugal e, de forma global, o mundo.

Apesar da consolidação, ao longo das últimas décadas, do seu papel na sociedade, igualando ou, até, superando os homens em indicadores como a educação de nível superior, as mulheres continuam a ser vítimas de discriminação, independentemente da sua idade, classe ou origem, em casa, no trabalho e nas suas comunidades. É sem surpresa que recolhemos, diariamente, novos dados que nos dão conta de que os números do desemprego nacional, sem precedentes, aumentam, maioritariamente, na população feminina. Entre quem mantém o seu direito ao trabalho, multiplicam-se as denúncias de pressões e ameaças, precariedade e desigualdade salarial. O sonho da maternidade é, muitas vezes, adiado ou reprimido, já que uma gravidez voltou, num retrocesso civilizacional chocante, a ser sinónimo de penalizações e/ou despedimento.

É, também, entre as mulheres que a pobreza aumenta ou se torna, cada vez mais, um risco, apenas travado, na maioria dos casos, pelas pensões sociais, que continuam a sofrer cortes e agravamentos.

No mundo, a mutilação genital feminina, o tráfico de seres humanos, a escravatura sexual e, mais recentemente, o relato de casos de prática de violação em grupo, constituem o retrato mais negro e macabro do desequilíbrio degradante que ainda se verifica, em pleno século XXI, e que merece o nosso repúdio veemente.

A violência doméstica – acrescida de um aumento da pobreza e degradação das condições sociais, mas não só – continua a vitimar no país, no distrito e bem perto de cada um de nós, tantas vezes, em silêncio. O Município continua empenhado, a este propósito, na

implementação, em parceria com a SEIES, de campanhas de sensibilização e no desenvolvimento de respostas sociais que permitam enfrentar este flagelo, de forma proactiva.

A par de todas as frentes de luta que travamos por uma sociedade mais justa, as nuances relativas à igualdade de género devem merecer, da nossa parte, uma atenção particular, dada a forma sub-reptícia como são introduzidas no nosso quotidiano. Lutamos, hoje, pelo trabalho com direitos; pela eliminação das discriminações salariais diretas e indiretas; pelo direito que cada mulher tem de ser mãe e trabalhadora, sem penalizações; pela adequada proteção social no desemprego, na doença, na maternidade, na invalidez e na velhice; pela igualdade de acesso a serviços públicos de saúde, gratuitos e qualificados, sem esquecer o direito à interrupção voluntária da gravidez.

Apesar do momento preocupante que vivemos, a realidade que encontramos no concelho de Palmela – e dentro desta organização - mostra-nos que é possível um mundo melhor, mais equilibrado, em que o feminino e o masculino trabalhem em sinergia, congregando diferentes sensibilidades para o bem-estar comum. A presença forte das mulheres na vida associativa, cultural, desportiva, empresarial e política deste território, e o seu contributo, com saber, entusiasmo e capacidade empreendedora, para a riqueza e a diversidade que nos caracterizam, são valores de que nos orgulhamos e que procuramos, a cada dia, valorizar e aprofundar.

Reunida em reunião pública na Biblioteca Municipal de Palmela, a 5 de março de 2014, a Câmara Municipal de Palmela reitera a sua solidariedade com as mulheres em luta, pelo respeito, afirmação e defesa dos seus direitos, pelo desenvolvimento e pela paz. E saúda todas as mulheres e, em particular, as mulheres do concelho de Palmela, desejando que este Dia Internacional da Mulher se salde por uma reflexão profunda e por contributos concretos sobre o ponto em que nos encontramos nas questões de efetiva igualdade de género, acalentando o sonho de transformação social, incontornável para uma sociedade mais justa e evoluída.”

Sobre a Saudação (*Dia Internacional da Mulher*) intervém:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** apresenta cumprimentos.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que vai votar favoravelmente a Moção. Não a vai subscrever por não concordar com alguns dos ‘considerandos’. Mas, o mais importante nesta Moção é a parte deliberativa e o que tem de ser feito no dia-a-dia para continuar a defender a igualdade de tratamento entre homens e mulheres e, nomeadamente, a luta contra a discriminação que o sexo feminino, infelizmente, ainda vai sendo alvo. Considera que a Sr.^a Vereadora Adília Candeias fez muito bem em referenciar a mutilação genital feminino, e enquanto deputado na Assembleia da República teve oportunidade de subscrever um projeto lei para a autonomização do crime da mutilação genital feminina. Esta prática é tida, noutros países, como tradição; mas não é tradição, é pura violência e barbárie com a qual não se pode concordar.

Finaliza dizendo que concorda totalmente com a parte deliberativa da Moção em apreço.

Submetida a *Saudação (Dia Internacional da Mulher)* a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** cumprimenta os presentes e, seguidamente, passa à apresentação da Moção:

Moção (Dia Nacional da Igualdade Salarial)

(Esta Moção é subscrita por todos os eleitos – CDU, PS e coligação PPD-PSD/CDS-PP)

«A carta das Nações Unidas reafirma a nossa crença nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma o princípio da não discriminação e proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos e que todos se podem valer desses direitos e todas as suas liberdades, sem qualquer distinção, nomeadamente de sexo.

Os Estados signatários nos diversos pactos internacionais relativos aos direitos Humanos obrigaram-se a assegurar a igualdade de homens e mulheres no exercício de todos os direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos.

É um facto que a presença das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado de forma contínua desde os anos 60, sendo o seu acesso maciço ao emprego notório desde os anos 70. A partir do momento em que lhes foi possível controlar a sua maternidade e aceder a estudos superiores, as mulheres quiseram, como os homens, pôr as suas competências ao serviço da sociedade e não apenas da família e adquirir autonomia financeira. O trabalho remunerado representa um rendimento pessoal, melhores garantias em matéria de segurança social e de reforma e um escudo contra a pobreza em caso de separação, divórcio ou viuvez.

Contudo, uma das mais persistentes discriminações é a desigualdade salarial, que se manifesta, apesar de estar consagrado constitucionalmente o salário igual para trabalho igual.

Os estereótipos, o desequilíbrio na partilha do trabalho não pago e das responsabilidades domésticas e familiares continuam a condicionar a escolha de percursos educativos, orientação escolar e a influenciar a escolha das carreiras profissionais. A segregação profissional encaminha de forma só aparentemente livre, muitas mulheres para profissões tipicamente femininas, nas áreas da educação, cuidado, saúde e serviços administrativos, em regra, menos bem remuneradas do que outras mais ligadas às áreas da tecnologia e inovação, onde a mão-de-obra masculina é predominante.

Assim, o fenómeno da diferença salarial entre homens e mulheres assume, hoje em dia, predominantemente, a natureza de discriminação indireta, o que o torna tão difícil de identificar

e corrigir. E tanto assim é, que as circunstâncias em que se observam maiores desigualdades salariais de género ocorrem, principalmente, aquando da comparação entre salários de diferentes categorias profissionais que, ainda que correspondendo a conteúdos funcionais distintos, são, contudo, profissões de igual valor, tendo em conta o grau de experiência, de penosidade, de perigosidade, de duração, de formação e do grau de responsabilidade que exigem.

Para combater esta desigualdade, a União Europeia instituiu o Dia da Igualdade Salarial que, em cada país deve representar o número de dias extra que as mulheres devem trabalhar num ano para atingirem o mesmo salário que os homens ganharam no ano anterior.

Em Portugal as mulheres ganham, em média, menos 18% do que os homens, por isso, o Dia da Igualdade Salarial é assinalado, em 2014, amanhã, dia 6 de Março. Para ganhar o mesmo que os homens ganham num ano, as mulheres teriam de trabalhar mais 65 dias, ou seja, até dia 6 de Março de 2014; ao invés, os homens, poderiam começar a trabalhar só nesse dia, para haver igualdade salarial!

A Câmara Municipal de Palmela, reunida publicamente em 5 de março de 2014, associa-se à evocação do Dia da Igualdade Salarial, repudiando esta forma de discriminação contra as mulheres, na vida ativa e, também, nas reformas e pensões.

A defesa das leis internacionais e nacionais, da justiça e da igualdade são valores que, como entidade pública, esta Câmara não pode ignorar.»

Sobre a Moção (*Dia Nacional da Igualdade Salarial*) intervêm:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** chama a atenção para o quarto parágrafo da Moção quando se usa a palavra “maciço” não será “massivo” a palavra correta? Porque “maciço é uma secção da crosta terrestre.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** refere que “maciço” também se utiliza neste contexto, e exprime “denso” ou “um acesso em massa”. As duas maneiras são corretas.

O **Sr. Presidente** refere que se entende o conceito e, também, o que está subjacente a esta interpretação. Considera oportuna esta discussão.

Submetida a Moção (*Dia Nacional da Igualdade Salarial*) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** foi apresentado o seguinte Voto de Congratulação:

Voto de Congratulação (Andreia Zeferino, Sociedade Filarmónica União Agrícola)

(O Voto de Congratulação é subscrito pelos eleitos da CDU)

«A Câmara Municipal de Palmela saúda e felicita Andreia Zeferino, judoca da Sociedade Filarmónica União Agrícola, por se ter sagrado Campeã Nacional, categoria de -70kg, no

Campeonato Nacional de Juniores, que decorreu no Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo, no dia 1 de março.

Este resultado surge no seguimento do excelente trabalho realizado pela atleta e pelo seu clube, que tem valido nas últimas épocas desportivas a presença da judoca nos lugares de pódio das competições em que combate, quer no escalão júnior, quer também no escalão sénior.

Fruto do seu valor e devido aos resultados obtidos a judoca, formada na Sociedade Filarmónica União Agrícola, tem sido frequentemente chamada para representar Portugal em competições internacionais. Em 2011, Andreia Zeferino foi uma das personalidades agraciadas pela Câmara Municipal de Palmela com a Medalha Municipal de Mérito – Grau Cobre.

Reunida em Palmela, a 5 de março de 2014, a Câmara Municipal de Palmela congratula-se por mais um excelente resultado desportivo de judocas da Sociedade Filarmónica União Agrícola e expressa o desejo que continuem a dignificar e a promover Palmela, a modalidade e o seu clube.»

Sobre o Voto de Congratulação (Andreia Zeferino, Sociedade Filarmónica União Agrícola) interveio:

O **Sr. Presidente** menciona que o executivo camarário deve associar-se a este Voto de Congratulação. Trata-se duma atleta do concelho a conseguir um título nacional. Sublinha os resultados atingidos e que decorrem de um trabalho que tem dado frutos: o Programa Municipal de Desenvolvimento do Judo.

Submetido a votação o Voto de Congratulação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e em minuta.

A **Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues** apresenta cumprimentos.

Pela **Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues** foi apresentada a seguinte Moção:

Moção (Pela tolerância de ponto no Carnaval)

(A Moção é subscrita pelos eleitos da CDU e PS)

«A terça-feira de entrudo, em rigor, nunca foi feriado oficial, embora até há três anos tenha sido considerada como tal.

Aliás, só houve um ano, em 1993, quando o agora Sr. Presidente da República era primeiro-ministro, em que não foi dada tolerância de ponto aos funcionários públicos. Mais tarde, já como Presidente da República acabou por reconhecer que tal havia sido “um erro”.

Todos e todas contribuem com os seus impostos e de acordo com as mesmas regras a nível nacional;

Não se entende porque é que alguns e algumas trabalham mais um dia e outros e outras não.

Parece que há funcionárias e funcionários públicos/as de 1.ª e de 2.ª categorias.

Quer se trabalhe no dia de Carnaval ou não, a remuneração é a mesma, pelo que, até neste aspeto se salienta a desigualdade entre os trabalhadores e as trabalhadoras, por motivos que lhes são alheios.

Não foi a terça-feira de Carnaval que salvou o PIB num País em que quase tudo se encontrava encerrado...até a Banca.

Aliás, está demonstrado que as economias locais e, por consequência, a nacional, beneficiam com a tolerância de ponto e as festividades a ela associadas.

Esperamos que, tal como o Sr. Presidenta da República já o fez, o Governo reconheça o erro, a injustiça e a desigualdade que está a proporcionar que aconteça aos funcionários/as públicos/as e que voltando a haver tolerância de ponto no Carnaval se esclareça o País e os/as trabalhadores/as do Estado que todos têm os mesmos direitos.

A Câmara Municipal de Palmela reunida em 5 de março de 2014 pronuncia-se contra mais esta desigualdade, dado que todos e todas são trabalhadores e trabalhadoras do Estado e, tendo os mesmos deveres e obrigações também têm os mesmos direitos.»

Sobre a Moção (*Pela tolerância de ponto no Carnaval*) intervieram:

O **Sr. Presidente** refere que a presente Moção é para si, de certa forma, extemporânea, porque no uso das competências que lhe estão cometidas entendeu (e sabe que esse é o sentimento generalizado dos Srs. Vereadores) conceder tolerância de ponto no Carnaval. Apesar de ser o Presidente que a assina, deve ficar assente que não é uma dádiva do Presidente, é uma tomada de consciência de quem dirige a Autarquia. Refira-se que houve trabalhadores que, nesse dia, trabalharam, não deixaram de cumprir com as funções essenciais, como sejam, as áreas de: águas, saneamento, recolha mecânica e atendimento (em Pinhal Novo). Naturalmente que, quem trabalhou terá as devidas compensações. 'A viatura da limpeza depois do curso de Carnaval era das mais saudadas. Tem conhecimento de empresas que permitiriam que os seus funcionários se mascarassem na terça-feira de Carnaval para que não ficassem tristes por ter de trabalhar nesse dia. Foram bastante "bondosos". Está a usar a ironia. Tem um certo receio de brincar com este tipo de questões, porque ainda podem ser escritas num jornal. De uma vez por todas: é necessário alguém tomar consciência que foram cometidos erros. Esta questão dos feriados não é mais uma benesse, tem repercussões na economia mais positivas do que se tivessem, de facto, todos a trabalhar. Quem tiver dúvidas, indague junto dos hoteleiros, da restauração, do comércio e veja o que efetivamente acontece. É evidente que se concentra nalguns locais.

A **Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues** menciona que quando começou a ouvir o Sr. Presidente pareceu-lhe que talvez tivesse interpretado mal as suas palavras (aquando da leitura

da Moção). Ninguém está contra as Autarquias concederem tolerância de ponto no Carnaval. Antes pelo contrário. A ideia é que para as economias locais onde se festeja vivamente o Carnaval com saída de corsos, sucede que, as Autarquias vizinhas se não tiverem tolerância de ponto também não ver assistir aos corsos. Todos colaboram para a economia local e nacional. Não estão partilhados nesta questão, portanto não os queiram dividir.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que percebe esta questão do Carnaval, mas o que está em causa é o momento que se vive e a necessidade que há de tomar algumas opções que, como explicava um ilustre militante do Partido Comunista Português (PCP) a opção neste momento é uma de duas: sair do Euro ou desvalorizar salários. Já se percebeu qual é a posição do PCP (naturalmente legítima) é a saída do Euro. Como a posição do PPD-PSD/CDS-PP não é sair do Euro, por considerarem que isso ainda seria pior para o país, refira-se que esta questão dos feriados suprimidos (onde se insere a tolerância de ponto no Carnaval), pelo menos, durante um período de cinco anos, tem a ver com esta questão da desvalorização salarial. A opção é essa. Ou é a saída do Euro, ou é desvalorização salarial para que se tornem mais concorrenciais. Percebe a posição do PCP, é uma opinião, é legítima e as pessoas julgam de acordo com aposição que tiverem sobre esta matéria; mas ainda não percebeu o que o Partido Socialista (PS) defende sobre esta e outras matérias. A decisão da tolerância de ponto no Governo, não permitiu que houvesse tolerância de ponto para ninguém. Houve em algumas Autarquias (como o PCP gosta de afirmar: "no exercício do poder local democrático, a Autarquia decide a tolerância de ponto no Carnaval"). O Estado decidiu não dar tolerância de ponto no Carnaval e, isso mesmo, aconteceu para os trabalhadores da administração central. Salienta que um trabalhador da administração local não tem exatamente a posição que tem um trabalhador da administração central, tal como em muitas empresas. Há empresas que subscreveram acordos coletivos de trabalho, no sentido de não considerando o Carnaval um feriado os seus trabalhadores beneficiarem desse dia e, também, há empresas que não o fizeram e os seus trabalhadores trabalharam nesse dia como sempre o fizeram durante muitos anos. Não só defende a contratação coletiva como, há muito tempo, que o PSD a exercita. Como sabem, ainda hoje, a propósito da igualdade salarial entre homens e mulheres, uma das decisões do Conselho de Ministros foi precisamente a de dar ênfase a uma série de mecanismos para a igualdade entre homens e mulheres: reforçar em sede de concertação social a necessidade de haver esta igualdade salarial.

Dirigindo-se à Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que compreende a sua mágoa e o facto de ela ter que ter ido trabalhar na terça-feira de Carnaval, mas a vida é como é.

Conclui dizendo que vai votar contra a presente Moção.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** refere que vai pedir escusa da votação desta Moção, porque é dirigente da administração pública e dirigente de recursos humanos. Como tal,

consegue muito bem “separar o trigo do joio”. Neste caso, viola a sua consciência. Afirma a sua concordância com o teor da Moção. Tem o maior prazer em explicar qual é a posição do Partido Socialista (PS) que, aliás, está explícita na Moção. Tal como sucede com o horário de trabalho das 35 para as 40 horas/semanais, o PS nunca acreditou que mais dias ou mais horas de trabalho sejam sinónimo de maior produtividade, até porque esta é uma questão que está plasmada em muitos estudos. Há um conjunto de feriados que foram anulados e se prendem com uma exigência que foi feita, mas, concretamente, quanto à terça-feira de Carnaval a situação é a que vem descrita na Moção. Não há 9.000 pessoas em Torres Vedras ou em Ovar, têm de ser as movimentações dos concelhos vizinhos que também beneficiam as economias locais e, por sua vez, a economia nacional. Não querendo discutir a temática dos feriados, oferece-se o comentário de que, relativamente à terça-feira de Carnaval, e não sendo este dia feriado há muitos anos, é um dia que beneficia as economias locais. Sublinha ainda a questão da desigualdade que está patenteada. São estas as razões do PS e, também, a sua posição face a este dia – terça-feira de Carnaval.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere-se à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, quando este dita que a posição dos comunistas é “sair do Euro” e a posição do PPD-PSD/CDS-PP é “reduzir salários”. Pôs este comentário numa dicotomia! Por acaso a posição dos comunistas não é a de “sair do Euro”. Há mesmo muitos pensadores económicos comunistas que dizem que a solução deve ser: manterem-se no Euro, mas é necessário outro modelo. Há uma discussão que deve ser aprofundada, na medida em que a dicotomia que foi proferida é perigosa, por causa da redução de salários. Tem receio que seja isto o que na prática está a acontecer: a redução de salários! Desconhece o que foi decidido em Conselho de Ministros sobre a questão da igualdade salarial. O que está a acontecer é a aproximação dos salários mais por baixo. Com certeza que, uma análise a estes números, os deixariam estupefactos!

A **Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues** refere que não tem nenhuma mágoa por ter trabalhado na terça-feira de Carnaval, até porque não traz as suas mágoas para a reunião. E dirige-se ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, dizendo porque não tem nenhuma mágoa: “Porque gosto muito de trabalhar e trabalho desde os meus 18 anos! Gosto do que faço e sempre gostei! Sou daquelas sortudas que toda a vida fez aquilo que gosta e que trabalha com muito gosto.” Não é por esse motivo que a Moção é trazida a reunião. Ao seu lado, o Sr. Vereador Pedro Taleço que trabalha na Câmara Municipal de Palmela, foi dada tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval. A Moção que apresenta não tem nada a ver com uma posição pessoal, é uma posição dos Vereadores Socialistas na Autarquia de Palmela! Os considerandos a que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro aludiu têm a ver com a *troika* – “temos de trabalhar mais e produzir mais”.

Ainda, em relação à terça-feira de Carnaval, a **Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues** realça que o país esteve praticamente parado. Mais de 80% das Autarquias deu tolerância de ponto! Daí tiram-se as conclusões.

O **Sr. Presidente** refere que fica entendido desta discussão que a posição defendida não é pela tolerância de ponto é pela assunção deste feriado para todos os portugueses que trabalham na administração pública ou no privado. Os Vereadores da CDU, em maioria neste executivo, estão inteiramente de acordo. Quanto às questões de interpretação económica do futuro do Euro ou do modelo social europeu que cada um defende, terão oportunidade de o debater no âmbito das Eleições para o Parlamento Europeu, mas o que é certo é que não só Octávio Teixeira, mas também o que Carlos Carvalhas disseram (o que alguns denominaram como a cassete do 'ultimamente' nas redes sociais) está a suceder. O que está a acontecer para os portugueses e os europeus, infelizmente, corresponde ao retrato que foi feito há vários anos, desde 1999, até à presente data. Sobre este assunto terão certamente oportunidade de falar noutra altura.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** pede escusa na votação desta Moção, o que foi aceite pelo Sr. Presidente.

Submetida a votação a Moção (*Pela tolerância de ponto no Carnaval*), foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

Pelo **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** foi apresentada a seguinte Moção:

Moção (Condenação pelos crimes contra a humanidade perpetrados pelo regime da Coreia do Norte)

(A Moção é subscrita pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro)

"Recentemente a ONU apresentou um relatório onde acusa o regime norte-coreano de cometer violações "sistemáticas, duradouras e graves" dos direitos humanos. Entre estas práticas, o relatório destaca as execuções públicas, violações, torturas e outras atrocidades de "indizíveis" que têm vindo a ser perpetradas.

Pela primeira vez, a ONU denunciou crimes contra a humanidade a serem cometidos contra o povo norte-coreano, numa demonstração preocupante e denunciadora da intolerância, da repressão, do ódio e do clima de terror empregues pelo regime de Pyongyang.

A atuação da Coreia do Norte constitui, evidentemente, uma ameaça séria à paz nos limites das suas próprias fronteiras, como representa uma ameaça à segurança regional e internacional. E por isso, deve merecer uma condenação firme e consensual da comunidade internacional.

Portugal e os povos da Europa têm na tolerância um valor de referência. A demonstração do repúdio e condenação por atos premeditados contra a segurança, a liberdade e a dignidade humanas, é um imperativo moral constitutivo ou integrante das democracias.

Palmela sempre esteve na primeira linha da defesa dos direitos humanos, denunciando todos os crimes contra a humanidade, como atesta a sua adesão, desde 2002, à iniciativa "Cidades para a Vida – Cidades contra a Pena de Morte".

Assim, a Câmara Municipal de Palmela, reunida em 5 de março de 2014, delibera associar-se à Organização das Nações Unidas na condenação dos crimes cometidos pelo regime norte-coreano contra o seu próprio povo e lamenta as vidas perdidas às mãos de um regime autocrático e repressivo."

Dirigindo-se ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** começa por referir que concorda inteiramente com o texto da Moção quando vem referenciado que Palmela esteve sempre na primeira linha da defesa dos direitos humanos. Esse é também o compromisso da maioria CDU neste órgão: a defesa dos direitos humanos, dos direitos dos povos e da paz, onde quer que sejam postos em causa. Para nós é claro e inequívoco que a defesa dos direitos humanos deve acontecer em todos os países onde os mesmos sejam violados, seja na Coreia do Norte, na Palestina, ou nos Estados Unidos da América, devem ser defendidos. Como é sabido ainda existe a pena de morte, e o compromisso desta maioria é válido para toda a humanidade. É um compromisso do qual não abdicam. A este propósito gostaria de lembrar que nenhum partido político pagou um elevado preço como o partido que suporta esta maioria – o Partido Comunista Português (PCP) – pela defesa da liberdade, da democracia e dos direitos humanos. Por isso, gostaria de, relativamente a esta situação concreta da Coreia do Norte, mencionar que se justifica uma posição razoável, ponderada e que não cede a impulsos de conveniência política que não têm em conta um conhecimento aprofundado da realidade. Para ser claro e não restarem dúvidas sobre o que referiu, é importante salientar que o relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro invoca, é um relatório que já teve a sua credibilidade posta em causa internacionalmente. Trata-se de um relatório que ainda não foi sequer apresentado às Nações Unidas e ao qual foram apontadas muitas críticas, quer quanto à sua metodologia, quer quanto às suas conclusões. É sempre bom lembrar que, seja a propósito deste relatório, seja a propósito de outros relatórios com objetivos que hoje são bem conhecidos (refere-se ao relatório que referenciou a existência de armas de destruição massiva no Iraque, sabe-se ao que este relatório conduziu). É importante ter presente 'aquilo' que move a elaboração de alguns relatórios que são feitos! Quanto a outro tipo de considerações, vem referenciado na Moção que "*(...) a atuação da Coreia do Norte constitui uma ameaça séria à paz (...)*", mas não vem especificado (e isto é do domínio público) que estão presentes na Coreia do Sul milhares de soldados norte-americanos com tecnologia militar do mais avançado que há no mundo, numa atitude que é claramente agressiva e hostil à Coreia do Norte e, isso sim, constitui uma ameaça séria à paz internacional e à segurança naquela região do mundo. Assim, o que parece razoável aos eleitos da maioria em exercício, é a adoção de uma posição contida, até porque não devem (em sua opinião) antecipar uma discussão que ainda não se verificou em sede

própria, uma vez que as conclusões deste relatório ainda não foram apresentadas pela comissão que o elaborou, serão apresentadas no próximo dia 17 de março, em Genebra, na Comissão de Direitos Humanos da ONU.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** refere que a sua opinião diverge da do Sr. Vereador Luís Calha, porque lhe parece que a Moção representa uma posição contida relativamente ao relatório e cita "(...) a Câmara Municipal de Palmela, reunida em 5 de março de 2014, delibera associar-se à Organização das Nações Unidas na condenação dos crimes cometidos (...)". Felizmente existem algumas organizações internacionais, mas os seus relatórios podem ser alvo de posições políticas. Com este relatório aconteceu algo de novo: não há imagens televisivas do que se passa na Coreia do Norte, apenas se conhece, através dos meios de comunicação social e de investigação, que é um regime que atenta relativamente aos direitos humanos. Parece-lhe que é uma falácia, neste momento, afirmar que este relatório só será apresentado no próximo dia 17. A posição do PS não alinha muito com a posição do PCP. É preciso ser-se audacioso e condenar as situações que em consciência são consideradas atrocidades. A alusão ao que se passa nos Estados Unidos da América onde, nalguns Estados, existe a pena de morte, é preciso apontar que o PS tomou posição contra essa prática. Não lhe parece que a posição agora tenha de ser diferente, para além de que existe um relatório. O que está proposta nesta Moção é deliberar em função daquela que tem sido a posição dos eleitos pelo PS em Palmela: associarem-se à Organização das Nações Unidas (ONU) – que lhe parece ser uma organização de bem. Os Vereadores do PS, neste órgão, não ponderam sequer outra alternativa que não seja a de votar a favor.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que os eleitos na Câmara Municipal de Palmela já votaram contra atos relacionados com a pena de morte, até podiam não se sentir muito confortáveis, mas é uma questão de princípio. A iniciativa "Cidades para a vida, cidades contra a pena de morte" se tornou bastante coerente. O que já não parece ser tão coerente é aguardar a apresentação do relatório para dia 17 de março, quando estão na presença dos elementos. O que existe é uma comissão composta por três membros que interrogou 80 testemunhas: em Seul, Tóquio, Washington, Tailândia e Bangucoque, e apresenta um relatório que não está sequer aprovado internacionalmente. Nem o contraditório está feito. No caso das execuções que votaram favoravelmente, o contraditório, infelizmente, estava feito. Tomaram uma posição que não foi agradável, até para quem poderia ser mais amigável. Confessa que "não morre de amores" pelo regime de Pyongyang. Este regime não se reflete em nada daquilo que são os princípios do PCP. Mas, cuidado! Quando as notícias chegam à frente sem serem minimamente testadas, há o risco da irreversibilidade.

Mais refere o **Sr. Vereador Adilo Costa** que todos se levantaram contra as armas químicas no Iraque, por todo o mundo se espalhou a notícia. A comunicação social "ficou pólvora" e viu-se que era uma vigarice o que diziam. Morreram 500 mil pessoas. Onde está a conta dos Estados

Unidos por causa desta atitude? Onde é que está a conta da Inglaterra e da França e de outros que se quiseram assenhorar?

O **Sr. Vereador Adilo Costa** sugere ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro para que se aguarde pela apresentação do relatório, programada para o próximo dia 17 de março, em Genebra, e que seja feito o contraditório, de maneira a que munidos de todos os elementos, possa esta ou outra Moção ser apresentada a este executivo camarário para votação.

O **Sr. Presidente** começa por referir que já têm alguns anos de vivência e têm, por isso, obrigação de fazer apelo à inteligência. A primeira vítima num conflito ou numa guerra (já dizia Churchill) é sempre a verdade. Ele próprio não tem uma verdade absoluta sobre esta ou sobre outras matérias. O que a vida lhe tem ensinado é que, à medida que vai conhecendo alguns processos fica, cada vez mais convencido que estão a ser completamente manipulados por uma sociedade de informação e, neste caso, podiam falar dos acontecimentos da Ucrânia. Possivelmente a opinião pública europeia está muito preocupada “Coitadinhos dos ucranianos, viram-se livres de um ditador, que perseguia o Partido Comunista Ucraniano”. Mas hoje, como em alguns setores ocidentais (e os Srs. Vereadores da oposição talvez corroborem da mesma opinião): aplaude-se esta primavera de liberdade na Ucrânia! Quando, na verdade, têm um governo ilegítimo com cinco ministros neonazis, que defendem a ilegalização de um conjunto de partidos, entre os quais, mais uma vez, o Partido Comunista. As pessoas têm conhecimento desta realidade? Não. Provavelmente é necessário ter acesso a informação de outras agências internacionais, que não aquelas que têm o ditame do pensamento único do Ocidente; porque há os pensamentos únicos do Oriente e os pensamentos únicos do Ocidente e não podem estar a ser “joguetes” numa estratégia de interesses geopolíticos. Aquilo que aconteceu no Norte de África e nos países Árabes foi claramente fomentado pela CIA – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência – é o serviço secreto dos EUA) e pelos Estados Unidos da América. O resultado está à vista.

O **Sr. Presidente** realça que não se revê nesta Moção. É evidente que os Srs. Vereadores da oposição não gostam de ouvir as afirmações que foram efetuadas nesta reunião! Provavelmente deviam ler o *Le Monde Diplomatique*. É que para os Srs. Vereadores da oposição há os “comunistas” e “os outros”. Recomenda que leiam o *Novelle Observateur*, que é de tendência socialista e observem o que estes referem sob o Médio Oriente. Lá vem plasmado que há um conjunto de interesses que estão a ‘escapar’ à análise da generalidade dos cidadãos europeus. Opina que é um ataque à sua inteligência ser ‘levado’ atrás de factos desta natureza que ainda têm muito para explicar.

Acrescenta que “não morre de amores” pela Coreia, até porque nunca gostou de dinastias. Nunca gostou sequer da Roménia. Sendo militante comunista desde os seus 13 anos de idade sempre denunciou questões que, para a sua forma de estar na vida, quer como humanista,

quer como europeu ou ocidental, não se coadunavam com aquilo que defende para o seu país e continua a defender por via do ideário onde milita.

O **Sr. Presidente** refere que, em relação à matéria em apreciação, há muito por explicar. Tal como o Sr. Vereador Adilo Costa indicou, após a apresentação do relatório da ONU e o seu contraditório, os eleitos em maioria neste órgão estão disponíveis para acompanhar os Srs. Vereadores do PPD-PSD/CDS-PP e do PS numa condenação desta natureza se, efetivamente, o relatório com contraditório produzir este tipo de resultados. Noutros tempos havia muitas entrevistas a refugiados políticos, como é que se pode afirmar que se desconhece o que se passa lá dentro. Os satélites americanos registam tudo e mais algo que haja. Isso mesmo consta nalgumas das revistas que antes citou. Vive-se num autêntico *Big Brother*. Todos sabem onde anda, porque com o seu telemóvel é expiado diariamente. Naturalmente que também se sabe o que se passa na Coreia! Naturalmente que todos os que têm assento neste órgão autárquico são contra todas as formas de violência e contra todos os atentados aos direitos humanos, mas têm de refletir mais aprofundadamente sobre o que está em causa. Garante que a maioria CDU em gestão na Autarquia de Palmela votará uma Moção deste teor, condenando seja este, seja outro regime, desde que se mantenham fiéis aos princípios que sempre têm defendido, mas introduzindo, também, outras matérias que têm de ser chamadas à colação, envolvendo outros países e não incidindo unicamente na Coreia.

O **Sr. Presidente** considera muito importante a intervenção do Sr. Vereador Luís Miguel Calha a propósito deste tema: se calhar é importante perceber-se como é que as pessoas vivem naquela zona do Oriente, nomeadamente territórios “vizinhos” da Coreia que acompanham o clima de tensão que existe no dia-a-dia entre as duas Coreias, assim como as manobras militares da Coreia e dos Estados Unidos da América. Há algum Santo numa guerra? Tal como começou a sua intervenção: a verdade é sempre a primeira vítima! Reafirma que a maioria em exercício está disponível para um voto de repúdio e/ou de condenação sobre esta ou outras matérias, e são capazes de apresentar uma Moção alternativa na próxima reunião de Câmara, ou melhor, após a avaliação do Conselho de Segurança e do relatório da ONU. Veja-se o resultado de outros relatórios após o contraditório, numa dita primavera árabe no Egipto, deram o que deram no Iraque. De facto, os Estados Unidos da América estão hoje satisfeitíssimos, porque toda a frente que tinham de combate, anti-imperialismo americanos está hoje completamente desfeita e vêm atrás outro tipo de interesses económicos. “Pois bem: o pessoal anda em guerra, matam-se uns aos outros, mas bebe *coca-cola*”.

O **Sr. Presidente** pede alguma ponderação no sentido de trazer este assunto à próxima reunião de Câmara (já na posse de outros elementos), caso contrário serão forçados a rejeitar a Moção.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que pretende intervir em relação às considerações feitas no âmbito desta Moção, dizendo:

. Não cabe nesta matéria a questão do contraditório, até porque o isolamento a que o regime da Coreia do Norte se votou a si próprio leva-o a não participar em fóruns internacionais onde possam ser discutidas estas questões;

. O Sr. Vereador Adilo Costa referiu que as pessoas foram entrevistadas em Seul, Washington e Banguelcoque, e citou mais uma série de capitais. Pois claro: porque fugiram! Tal como no passado muitos fugiram de muitos outros regimes em que os direitos humanos, o direito à liberdade, o direito à dignidade era posto em causa. Tinham de fugir por uma questão de sobrevivência;

. Ainda não ouviu ninguém por em causa o relatório das Nações Unidas. Ouviu, pela primeira vez, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha a fazê-lo. Percebi que fez doutrina e que, pelo menos, a parte masculina do executivo CDU também põe em causa o relatório das Nações Unidas. Até à data, o relatório está publicado e certificado pelas Nações Unidas e, quanto a isto, não há contraditório. Aquilo de que estão a falar é do regime norte coreano e, ou se é a favor ou se é contra. Não se deve confundir esta questão com situações de outra natureza. Algumas das interpretações que ouviu nesta reunião levaram-no a pensar que o muro de Berlim ainda não tinha caído! Mas não. O muro de Berlim já caiu, a guerra fria já terminou e os “amanhãs” que cantam, podem cantar, mas cantem para todos! O que está em causa é um relatório, um simples relatório fático com pessoas que “sofreram na carne e no osso” os desvarios de um regime. É só isto o que se quer condenar. Não tem nada a ver com interesses geoestratégicos. Não tem nada a ver com a “velha perseguição do fantasma americano”. Não é o mundo ocidental. Não é a CIA que “pelos vistos” espia o Presidente da Câmara Municipal de Palmela (a julgar pela sua intervenção). Não tem essa pretensão da importância. A questão é muito simples: concorda-se ou não se concorda. E, por isso, a Moção deve ser votada agora!

O **Sr. Vereador Adilo Costa** repara que a decisão do Sr. Vereador Paulo Ribeiro é a da votação imediata da Moção e não quer aguardar para votar na posse de dados concretos. Opina que, em termos de razoabilidade, oferece-se o adiamento da votação desta Moção, para, na posse de mais elementos, se efetuar a votação.

O **Sr. Presidente** menciona que não é apenas o relatório que está em causa, há outras questões que têm de ser introduzidas na Moção e, nesse caso, vota a conclusão como vem apresentada, desde que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro permita alterar e introduzir outros dados relativamente à Coreia. Estão a falar da Coreia e do que se passa em torno da Coreia.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** observa que ainda há pouco, nesta reunião, votou uma Moção (Dia Internacional da Mulher) que, embora não concordando com todos os considerandos, votou-a. Confessa que também considerou alguns dos ‘considerandos’ pobres, mas, ainda

assim, votou a Moção favoravelmente. Questiona se os eleitos da CDU votam apenas o último parágrafo da Moção, ao que o **Sr. Presidente** especifica que o que a maioria CDU defende é que este assunto merece uma outra Moção. Uma vez que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro não aceita a retirada desta Moção para, numa próxima reunião, apresentar uma Moção com nova redação: “vamos votar!”

O **Sr. Vereador Adilo Costa** sugere a leitura do relatório da *Human Rights Watch* de final do ano passado sobre um conjunto de questões relacionadas com a violação de direitos humanos.

Submetida a votação a Moção (Condenação pelos crimes contra a humanidade perpetrados pelo regime da Coreia do Norte), foi a mesma rejeitada, por maioria, com 5 votos contra da CDU e 4 votos a favor (3 do PS e 1 da coligação PPD-PSD/CDS-PP). Aprovado em minuta.

Assuntos diversos (Questões apresentadas pelos eleitos):

• **Inauguração do Quartel do Destacamento Territorial da GNR de Palmela** - A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** refere que vai deixar um registo de desagrado em relação ao que verificou hoje:

. A expectativa é a de que iam assistir à *inauguração do Quartel do Destacamento Territorial da GNR em Palmela*. Verificou-se que o primeiro andar do edifício está mobilado e será a sede do Destacamento Territorial da GNR em Palmela. Considera que houve um esforço muito grande da Autarquia de Palmela e do Governo em construir este equipamento. Segundo as palavras do Sr. Ministro da Administração Interna foi tudo pago “até ao último cêntimo”. Se não tivesse sido pago, com certeza que o Sr. Ministro não teria vindo a Palmela! É de opinião que tem de se parar de fazer investimentos para um fim diferente do inicialmente estipulado, porque, como é evidente, a degradação das instalações e a sua manutenção necessitam de avultadas verbas. A inauguração hoje ocorrida, quer como autarca, quer como cidadã, defraudou as suas expectativas: porque não há efetivos para o funcionamento do Destacamento Territorial! Quer acreditar que seja meramente uma questão processual para admissão de efetivos que, segundo informaram, está em curso e não se trate de um adiamento como outros já aconteceram, e dá como exemplo: a obra da Escola Secundária de Pinhal Novo. Todos são perdulários quando se investe e não se usa o equipamento para o fim para o qual o mesmo foi construído! O equipamento em causa corresponde a uma necessidade.

. Desconhece o que aconteceu em termos protocolares, mas lamenta profundamente que a **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, Ana Teresa Vicente**, não tenha tido a dignidade de tratamento que merecia! Não só pelo cargo que exerce atualmente (Presidente da Assembleia Municipal), como pelo papel que desempenhou enquanto Presidente da Câmara Municipal ao longo deste processo. Não sabe o que aconteceu, mas quer deixar este registo.

• **Reunião com a Parque Escolar** – A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** solicita ser informada sobre as decisões resultantes da reunião havida com a Parque Escolar, uma vez que a notícia publicada no jornal não é suficientemente detalhada.

• **Reclamações relativamente às leituras dos consumos de água** – A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** refere que teve conhecimento de *reclamações efetuadas relativamente às leituras dos consumos de água*. Pergunta se tais ocorrências são casos isolados para serem analisados de *per si* ou se há algum problema de fundo.

• **Abatimento de calçada em Cabeço Velhinho** – A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** refere-se ao caso apresentado pela munícipe Ana Maria Gonçalves, que em janeiro último, denunciou o *abatimento de calçada em Cabeço Velhinho* que oferece perigo para as habitações, trânsito e transeuntes. A munícipe em causa, obteve resposta em 5 de fevereiro, de que a Câmara Municipal iria proceder à limpeza imediata e regular dos sumidouros, reforço e reparação do talude da linha de água e respetivo abatimento do passeio. Já se passaram dois meses e a intervenção não foi efetuada. Gostaria de saber para quando se prevê esta operação.

• **Inauguração do Quartel do Destacamento Territorial da GNR de Palmela** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** congratula-se com a *inauguração do Quartel do Destacamento Territorial da GNR de Palmela* a que há pouco assistiram. Realça a postura havida ao longo deste processo de ambas as partes: Câmara Municipal de Palmela e Governo. Tratou-se duma colaboração frutuosa e o Município de Palmela ficou a ganhar com isso. Caso não tivesse existido esta colaboração, duvida que nos tempos mais próximos, este Quartel pudesse ser uma realidade. Tanto o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Palmela, como o Sr. Ministro da Administração Interna deram testemunho da importância desta colaboração mais estreita entre o poder local e a administração central e que resultou neste equipamento primordial para as forças de segurança e, também, para os concidadãos. Não quer deixar passar em claro a inauguração deste equipamento e de salientar a sua relevância.

• **Aceiros em Venda do Alcaide** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere-se a um tema apresenta por uma Munícipe, na última sessão da Assembleia Municipal, relacionado com os *Aceiros em Venda do Alcaide* e, concretamente, o Aceiro do Miranda. Interessa-lhe perceber que tipo de intervenção tem a Autarquia estudada para aqueles Aceiros, sabendo à partida que terá de haver uma intervenção de emergência, devido às intempéries do inverno.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes.

• **19.ª Edição do projeto "Março a Partir"** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere-se à informação prestada pelo Sr. Vereador Adilo Costa sobre a *19.ª Edição do projeto "Março a Partir"*, dizendo que é com alguma alegria contida que vê o retomar deste projeto. Salienta a diversidade mais qualitativa e não apenas quantitativa. Presume que tudo na vida tem a sua evolução, mesmo quando (na sua ótica) em termos teóricos e de enquadramento do projeto existem alguns desfasamentos. Passa a explicar:

. Está perfeitamente à vontade para falar do *"Março a Partir"*, porque é voluntário desde o primeiro ano e, também, na sua atividade profissional, durante muitos anos, teve responsabilidades neste projeto. Está a falar com conhecimento de causa;

. É de opinião que o projeto em questão tem melhorado de ano para ano ou, pelo menos, nos últimos três anos. Parece-lhe que é um programa mais equilibrado e com maior oferta;

. O que o "assusta" nas apresentações do programa é o aspeto da monitorização e os indicadores de avaliação que surgem em anexo ao programa. De repente parece que as 40 atividades, bem como as instituições envolvidas, constituem um fator de avaliação sobre o que representa o *Março a Partir*. Mas, mais do que dar ênfase à escola da participação (quando de desenvolvimento associativo se fala), o *Março a Partir* faz referência à Câmara Municipal de Palmela e às associações juvenis. São nove associações juvenis (presume que as que estão legalizadas sejam menos), alguns grupos informais e uma quantidade de instituições que trabalham com os jovens, mas que fique claro: nestes casos os jovens não têm a decisão nem a autonomia da decisão. É preciso não confundir estes grupos de jovens com o movimento associativo. Exemplo: um grupo coral de uma coletividade não decide sobre matérias da coletividade e, se a direção for simpática, poderá eventualmente decidir sobre algum assunto relacionado com o grupo coral. O *projeto "Março a Partir"* não é movimento associativo, nem associativismo juvenil na sua amplitude. Isto não justifica haver uma lei própria para o associativismo juvenil. "Assusta-o" que se leia ou retire a ilação do acréscimo do desenvolvimento associativo e das condições de trabalho e de sobrevivência das associações indexado a um número de participantes que, ainda por mais, são só nove;

. Pergunta quantas organizações juvenis é que fazem as candidaturas a programas comunitários relacionados com a juventude. Pode antecipar a resposta: uma apenas. Quantas mais fossem melhor seria, é a sua opinião. Onde é que está o apoio técnico ao desenvolvimento associativo no âmbito destas candidaturas? Realça que, noutras áreas, é potenciado o apoio técnico, como por exemplo, no associativismo tradicional; mas não se vislumbra sequer uma resposta em relação ao associativismo juvenil. Aquilo a que se refere tem a ver com desenvolvimento associativo e com o que as associações fazem no resto do ano e, também, com fundos comunitários que podem vir para o concelho. Um voluntário europeu

representa, em média, no período em que permanece no concelho de 8 mil a 13 mil euros. Este dinheiro é despendido no território. Uma Associação ou uma Instituição Particular de Solidariedade Social que possua cinco ou seis voluntários europeus transmite esta mais-valia. É neste sentido que gostaria de ouvir falar no desenvolvimento associativo. Denota o seu agrado com o conhecimento que tem tomado em relação ao movimento associativo tradicional, no âmbito das respostas das candidaturas das suas sedes. Opina que o movimento associativo não pode ter um conjunto de atividades anual e depois deixar que desapareçam a maior parte dos grupos informais. Coloca outra pergunta: como é que um grupo informal (na estratégia da Autarquia) evolui, se legaliza e formaliza candidaturas. Numa altura em que a Câmara Municipal não financia, como se pode recorrer a financiamento(s)?

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que a sua intervenção não pretende ser uma crítica, mas um alerta. É necessário melhorar. Opina que o associativismo juvenil precisa, também, ver aberto o caminho para diversificar as fontes de financiamento, isso sim, traduzir-se-ia num verdadeiro desenvolvimento associativo consubstanciado neste *projeto* que é o "*Março a Partir*".

Face às questões apresentadas – Assuntos diversos – no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

– **Inauguração do Quartel do Destacamento Territorial da GNR de Palmela** – (*Questão colocada pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho*) – O **Sr. Presidente** refere que não tem dúvidas que o que acabaram de inaugurar *foi o Quartel do Destacamento Territorial da GNR de Palmela* em termos físicos. Este equipamento foi construído com uma tipologia adequada a Destacamento. Não tem ideia se o primeiro andar estava pouco ou muito mobilado, mas reparou que tem camaratas para receber as pessoas que ficam em permanência. Não viu os computadores, mas estes serão instalados. Ficaram a conhecer, em particular nestas duas últimas semanas, que há dificuldades por parte do Ministério da Administração Interna (MAI) e do Comando-geral da GNR em assumir a questão do Destacamento na conjuntura atual. Ficaram, também, a saber indiretamente (por aquilo que ia sendo transmitido com opiniões muito contraditórias) que houve problemas com o protocolo. Fizeram-se três visitas à obra, deu-se a obra por concluída, o protocolo é conferido e uma semana antes da inauguração fala-se com uma nova diretora e volta tudo à estaca *zero*. Isto é sintomático. O mesmo sucede com as Estradas de Portugal (EP), porque há mudanças constantemente. A Autarquia esteve permanentemente a construir soluções, no sentido de contribuir para a dignidade do ato. O ato protocolar compete à GNR e ao MAI e estes tiveram de se entender. A Câmara Municipal não teve nada a ver com as opções tomadas relativamente às intervenções que tiveram lugar. De outros atos que conhece não é hábito a presença de Presidentes das Assembleias Municipais, sobretudo na parte do discurso. Mas isso é de somenos importância, até porque a referência que foi efetuada pelo Sr. Comandante-geral da GNR pareceu-lhe muito oportuna e foi muito bem salientado o envolvimento que a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Palmela cessante

(atualmente Presidente da Assembleia Municipal) teve neste assunto. Refira-se, também, os Srs. Vereadores que estiveram em funções no anterior mandato autárquico. Este foi um desígnio que não teve qualquer coloração partidária. Já o início do processo começa de maneira diferente e este inicia-se antes de 2006. Na altura, a Sr.ª Vereadora Natividade Coelho trabalhava no Governo Civil de Setúbal e deve recordar-se muito bem do que é que os órgãos diziam a propósito da segurança. O que veio a acontecer para se conseguir melhores condições em termos de segurança para o Pinhal Novo já veio a acontecer num período em que a Sr.ª Vereadora Natividade Coelho já não trabalhava no Governo Civil de Setúbal e foi, nessa altura, com a Governadora Civil Isabel Borges que a Autarquia de Palmela cedeu o primeiro terreno. Chegou-se a um porto. Refira-se que a Câmara Municipal não tem tudo aquilo que quer, pelo que, no plano institucional, tem de tomar diligências. Assim que deixou a cerimónia de *inauguração do Quartel do Destacamento Territorial da GNR de Palmela* ficou definido com o seu Chefe de Gabinete para encetar um pedido de reunião urgente para aferir a entrada em funcionamento deste serviço. Considera como uma vitória a transferência dos militares do Posto Territorial de Palmela que ali ficam bem instalados e munidos de boas condições de trabalho. Isso significa já algum acréscimo. É evidente que o edifício não vai ficar vazio e, também, as questões de segurança não vão ficar periclitantes. Sobre as questões protocolares, ofereceu-se registar que o Município foi pouco ouvido e alguns pormenores foram corrigidos à própria da hora. Opina que a cerimónia correu com a dignidade merecida.

– **Parque Escolar** – (*Questão colocada pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho*) – O **Sr. Presidente** descreve sumariamente o resultado da reunião havida com a *Parque Escolar* relativamente à Escola Secundária de Pinhal Novo:

. Discutiu-se a abertura do novo portão, tendo a Autarquia imposto um conjunto de medidas de segurança (que ainda não estão totalmente aceites). Entendeu a *Parque Escolar* fazer, conjuntamente com a Câmara Municipal, uma rampa de acesso para o espaço público e, para isso, pretende-se elaborar um protocolo;

. Já existem alguns lugares de estacionamento, mas faltam algumas intervenções, tais como:

- a execução de uma lomba;
- uma caixa de espera para o autocarro escolar;
- a sinalização;
- a iluminação.

. A *Parque Escolar* assumiu que a nova entrada/rampa seria posta em funcionamento antes do Campeonato Europeu de Orientação. O objetivo é o de que a Escola e espaço envolvente ofereça funcionalidade e segurança;

. Confirmou-se que a *Parque Escolar* tem mais de vinte obras suspensas e a Escola Secundária de Pinhal Novo está incluída nas catorze obras a retomar no ano de 2014. Embora esta obra esteja orçamentada, falta a anuência da tutela das Finanças.

. Quanto à execução dos pavilhões desportivos na Escola Secundária de Palmela e na Escola Básica José Saramago está pedida uma reunião, há cerca de quatro meses, ao Sr. Ministro, dado que a *Parque Escolar* afirma que não tem poder decisório. Sublinha a existência de um despacho da Sr.ª Ministra que estava em funções para que se iniciasse a 3.ª fase da obra. O Município de Palmela transmitiu que está disponível para a celebração de um contrato-programa, tendo em vista a construção dos pavilhões nestas duas Escolas. Conclui com a afirmação de que a construção destes pavilhões é uma responsabilidade da administração central.

– ***Reclamações relativamente às leituras dos consumos de água*** – (*Questão colocada pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho*) – O **Sr. Presidente** esclarece que no ano de 2013 deram entrada na Secção de Gestão de Consumos 115 processos, sendo que nem todas respeitam a reclamações, alguns referem-se a pedidos de pagamentos em prestações ou outros, execuções fiscais ou exposições. Destes 115, e até ao dia 27 de janeiro último, tinham sido respondidos 107 que ficaram, portanto, na situação de concluídos e/ou arquivados. Não possui os dados em relação ao ano em curso. A experiência mostra-lhe que na mudança do ano ocorrem acertos de faturação e, é nesse período que aumentam os pedidos de esclarecimento e dúvidas. Independentemente das dúvidas e/ou reclamações que são apresentadas, refira-se que a Autarquia tem obrigação de dar resposta a cada uma delas. A Câmara Municipal é a entidade gestora, está submetida a um regulamento (aprovado por unanimidade) e está, igualmente, sujeita à legislação em vigor, além de que existe uma entidade reguladora (ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P.). A Câmara Municipal tem de monitorizar os prazos de resposta e o conteúdo das reclamações a essa entidade reguladora que exerce, também, a fiscalização sobre a Autarquia. O resultado desta teia de controlo tem sido importante e até pedagógica, porque já permitiu a correção de procedimentos e a confirmação de outros. Não pode, numa reunião de Câmara, vir a analisar o processo de uma ou de duas pessoas.

O **Sr. Presidente** conclui dizendo que o Município de Palmela possui 27.300 consumidores de água que recebem, no mínimo, 6 faturas num ano. Opina que os 115 processos que deram entrada nos serviços camarários dizem respeito a um universo que é controlável e aceitável.

A **Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** saúda os presentes.

A **Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** menciona que é conhecedora do caso concreto que leva a Sr.ª Vereadora Natividade Coelho a interpelar a Autarquia e, por isso, passa a explicar:

. a faturação pode ser feita de três maneiras: por estimativa / por comunicação da leitura efetuada pelo munícipe / por leitura feita pela Câmara Municipal;

. no caso deste processo em concreto a faturação vinha sendo feita por estimativa e, entretanto, ocorreu uma leitura por 64 dias e não por 41 dias como a munícipe acaba por invocar na sua exposição. As leituras dos consumos de água são efetuadas de dois em dois meses e em vez de ter sido feita ao fim de 60 dias, aconteceu ao fim de 64 dias. A leitura feita pelo trabalhador da Autarquia prevalece sobre a leitura que é comunicada pelo particular aos serviços, e quando essa leitura tem lugar é sempre feito o acerto relativamente ao que foi pago pelo/a munícipe nas faturas por estimativa. Esta explicação já foi prestada à pessoa em causa.

_ ***Abatimento de calçada em Cabeço Velinho*** – (*Questão colocada pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho*) – A **Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** esclarece que se desprende o enroscamento de uma das valas, devido à intempérie. O mau tempo impediu que a reparação fosse feita. Espera-se que a mesma possa ser efetuada durante o mês em curso. À questão concreta suscitada pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho sobre o *abatimento de calçada em Cabeço Velinho* adianta que as reparações já se iniciaram e os sumidouros foram limpos.

_ ***Aceiros em Venda do Alcaide*** - (*Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro*) – O **Sr. Presidente** adianta os seguintes esclarecimentos:

. O Aceiro do Miranda é um aceiro de pequena dimensão;

. A vinda dos Múncipes à sessão da Assembleia Municipal teve a ver, essencialmente, com o Aceiro dos Arraiados, porque esse é um aceiro estruturante, os demais são pequenos troços. As intervenções foram realizadas à data da vinda dos Múncipes à sessão já referida. A Junta de Freguesia do Pinhal Novo comunicou que não podem ser efetuadas reparações de aceiros quando chove, porque qualquer mexida na máquina descompacta o pouco que já está compactado. Houve uma intervenção de emergência feita com a niveladora para permitir que se circule com maior comodidade, e quando as condições atmosféricas começarem a melhorar há, novamente, uma intervenção com a niveladora e é realizada a recarga com *toutvenant*;

. Apesar da indefinição relativamente à delegação/subdelegação de competências nesta matéria, o entendimento que prevalece é o de que os caminhos são pertença do Município e, por isso, é necessário propiciar meios à Junta de Freguesia para realizar as intervenções;

. Considera que a exposição feita na sessão da Assembleia Municipal prendeu-se mais com uma questão de forma do que de conteúdo. Há que convir que o formato com que se intervém nas sessões é, também, uma questão de cidadania e de educação cívica.

_ **19.ª Edição do projeto "Março a Partir"** – (*Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço*) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere-se à intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço, dizendo que, ainda que sucintamente, levantou um conjunto de questões relacionadas com a juventude que dão para um debate sobre esta matéria. Começa por explicar que as candidaturas aos apoios são realizadas pelas associações juvenis, portanto, são estas entidades a candidatarem-se.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** dirige um alerta ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro (uma vez que tem assento na Assembleia da República como deputado): é necessário voltar a existir um figurino mais ligeiro para os apoios às organizações juvenis e não as obrigar à inscrição. No último documento, aprovado na Assembleia da República, já foram dados alguns indícios, mas há que ousar e ir mais longe. Começa, também, a haver um consenso mais alargado em relação à constituição dos Conselhos Municipais de Juventude.

Referindo-se, novamente, às questões suscitadas pelo Sr. Vereador Pedro Taleço, o **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que o projeto "*Março a Partir*" não se pode resumir a 15 promotores e 29 atividades em 2010 e à sua duplicação nos anos de 2013 e 2014. O que de facto interessa é que as atividades primam pela qualidade e que haja muitos grupos a participarem. Há dados que são fundamentais como, por exemplo, o facto de haver duas associações de estudantes a participar no projeto – desde há muito que não havia associações de estudantes a participar. O projeto "*Março a Partir*" deste ano é composto por: nove associações juvenis, duas associações de estudantes e nove grupos informais. Adianta que os jovens da Sociedade Filarmónica Humanitária souberam influenciar no sentido de elaborar um programa comum e é isto que está a ser incentivado: para os grupos tentarem ao máximo juntar um ou dois parceiros para realizar uma iniciativa. Isto é enriquecimento. No final do projeto são os jovens que fazem a sua própria avaliação, criticam e dizem "para o ano temos de melhorar". Este projeto é, sobretudo, o resultado do trabalho dos jovens. A Autarquia está limitada até em termos de técnicos, mas é muito importante a coordenação que é feita. Quando se fala em escola de participação é exatamente no sentido da intervenção que acaba de explicar.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E PELA SRA. CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e pela Sra. Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 19.02.2014 e 04.03.2014.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SR.ª VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 17.02.2014 e 28.02.2014.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 18.02.2014 a 04.03.2014, no valor de 1.989.962,86 € (um milhão, novecentos e oitenta e nove mil, novecentos e sessenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 04.03.2014, apresenta um saldo de 5.814.489,53 € (cinco milhões, oitocentos e catorze mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 4.743.504,35 € (quatro milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e quatro euros e trinta e cinco cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 1.070.985,18 € (um milhão e setenta mil, novecentos e oitenta e cinco euros e dezoito cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO **ORGANIZACIONAL**

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO:

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** foram apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Empréstimo bancário de curto prazo, no valor de 2 milhões de euros – aprovação das cláusulas contratuais.

PROPOSTA N.º DADO_DFA 01_05-14:

«Na sequência da aprovação, em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19/12/2013, da contração do empréstimo mencionado em epígrafe e da deliberação de Câmara de 05/02/2014, de adjudicação do mesmo ao Banco Santander Totta, **propõe-se**, de acordo com o disposto no art.º 32.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea f), do art.º 19.º da Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, a aprovação das cláusulas do contrato que se anexam e se encontram conforme proposta apresentada.»

Sobre a proposta de *Empréstimo bancário de curto prazo* numerada *DADO_DFA 01_05-14* interveio:

A **Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues** refere que aquando da aprovação desta proposta, na reunião de Câmara de 05 de fevereiro último, ficou a dúvida sobre se a taxa indexante era a um, três ou seis meses. A proposta agora apresentada é esclarecedora desta questão: a entidade bancária proposta como adjudicatária deste empréstimo de curto prazo apresenta a taxa de indexação de três meses à Euribor.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 2 – Abertura de conta bancária.

PROPOSTA N.º DADO_DFA 02_05-14.

«Considerando que:

- O programa municipal de voluntariado jovem, “agir de corpo inteiro”, tem como objetivo reforçar a cultura de voluntariado jovem no concelho de Palmela e como destinatários jovens dos 12 aos 30 anos de idade;
- A legislação que regulamenta as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, Decreto-lei n.º 389/99, de 30 de setembro, estabelece que a entidade promotora, neste caso a Câmara Municipal de Palmela, deve contratualizar uma apólice de seguro que salvguarde, em matéria de responsabilidade civil, a proteção dos voluntários, bem como a cobertura dos prejuízos causados a terceiros pelo voluntário no exercício da sua atividade;
- A única seguradora que comercializa uma apólice que responde à legislação mencionada é a Lusitânia companhia de seguros, SA, do grupo Montepio, que tem como requisito a existência de conta bancária junto da Caixa Económica Montepio Geral;
- A abertura de contas bancárias deverão ser precedidas de decisão do órgão executivo, de acordo com o ponto 2.9.10.1.2 do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de setembro (POCAL).

Propõe-se, ao abrigo do ponto 2.9.10.1.2 do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de setembro, a abertura de uma conta bancária junto da instituição Caixa Económica Montepio Geral.»

Submetida a votação a proposta, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

GABINETE JURÍDICO E DE FISCALIZAÇÃO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Processo Disciplinar n.º 02/2013 – Aplicação de pena disciplinar.

PROPOSTA N.º DADO_GJF 01_05-14.

«1. Por Despacho do Senhor Vereador Luís Miguel Calha, datado de 22 de abril de 2013, foi mandado instaurar processo disciplinar, em que é arguido o trabalhador Guilherme Manuel Fernandes Polido, com a categoria de Assistente Operacional, desempenhando funções à data dos factos na então Divisão de Comunicação e Turismo desta Câmara Municipal.

2. Tendo por base o Relatório Final com proposta de decisão elaborada pelo instrutor que na presente proposta se dá por integralmente reproduzido, conclui-se que a conduta do

trabalhador Guilherme Manuel Fernandes Polido, configura a prática de infração disciplinar, consubstanciada na violação do dever de correção, nos termos previstos no n.º 1 e na alínea h) do n.º 2 e n.º 10, todos do artigo 3.º da Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro. (Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas)

3. À infração cometida, corresponde em abstrato, a pena disciplinar de multa, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º e com a alínea d) do artigo 16.º do Estatuto Disciplinar.

4. No entanto, para efeitos da medida e graduação das penas, não basta uma subsunção automática às normas legais, mas por força dos critérios enunciados no artigo 20.º do mesmo Estatuto Disciplinar, deve atender-se à natureza, missão e atribuições do órgão ou serviço, à categoria do arguido, às particulares responsabilidades inerentes à modalidade da sua relação jurídica de emprego público, ao grau de culpa, à sua personalidade e a todas as circunstâncias em que a infração tiver sido cometida que militem contra ou a favor dele.

5. O trabalhador visado no presente processo disciplinar não tem antecedentes disciplinares.

6. Que a aplicação de uma pena corretiva mais leve, bastará para que o arguido não volte a incorrer em condutas suscetíveis de merecer censura disciplinar e que tal medida satisfará as necessidades de prevenção geral e especial.

7. Assim, nos termos e com os fundamentos que constam do Relatório Final do Processo Disciplinar n.º 02/2013, e que aqui se consideram reproduzidos, **propõe-se** que seja sancionado o trabalhador GUILHERME MANUEL FERNANDES POLIDO, com a categoria de Assistente Operacional, com a PENA DE REPREENSÃO ESCRITA prevista nas disposições conjuntas da al. a) do n.º 1 do artigo 9.º, n.º 1 do artigo 10.º e artigo 15.º, do Estatuto Disciplinar, por violação do dever geral de correção previsto na alínea h) do n.º 2 e n.º 10, todos do artigo 3.º do mesmo Estatuto, de acordo com proposta em anexo.»

Sobre a proposta de *Processo disciplinar n.º 02/2013 – Aplicação de pena disciplinar* numerada DADO_GJF 01_05-14 interveio:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** pede escusa na votação desta proposta, justificando que não se trata dum caso de incompatibilidade direta, mas por uma questão ética e de consciência: uma vez que é trabalhador da Autarquia não gostaria de votar este ponto da Ordem de Trabalhos.

O **Sr. Presidente** aceita o pedido de escusa apresentado pelo Sr. Vereador Pedro Taleço.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 8 (oito) votos a favor, através de escrutínio secreto. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** foram apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Redução da tarifa de ingresso no cinema – Cine France.

PROPOSTA N.º DCCT 01_05-14.

«O grupo de Francês da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Pinhal Novo, promove desde 2000 o Ciclo de Cinema Francês – Cine France.

A Câmara Municipal de Palmela, associou-se a esta iniciativa em 2003 passando desde então a integrar a organização em parceria com a escola.

Esta iniciativa tem como objetivo difundir a cinematografia francófona no meio escolar e na comunidade em geral, entendendo o cinema como documento cultural dotado de autenticidade e representativo de expressões artísticas, que contribui para a formação integral dos estudantes e dos cidadãos.

No corrente ano, de 31 de março a 4 de abril, realizar-se-á a sua 14.ª edição, tendo como local central de exibição o Auditório Municipal de Pinhal Novo.

Assim **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea e) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a redução da tarifa normal de cinema, prevista no n.º 16 do art.º 1.º da Tabela Municipal de Tarifas e Preços, para 1 € (um euro), com IVA incluído, a aplicar a estudantes, nas sessões de cinema dos dias 31 de março e 4 de abril de 2014, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, no âmbito da referida iniciativa.»

Sobre a proposta de *Redução da tarifa de ingresso no cinema – Cine France* numerada *DCCT 01_05-14* intervieram:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** começa por referir que os Vereadores do PS vão votar favoravelmente esta proposta. A sua intervenção pretende ser na perspetiva do que pode ser feito indo mais além. Assim: tendo em conta a dificuldade que existe na angariação de públicos para as sessões de cinema no Auditório Municipal do Pinhal Novo (uma sala com 157 lugares), julga que seria de toda a justiça que na tarifa de ingresso no cinema *Cine France*, e atendendo a que se trata dum projeto com uma escola, se abolisse a tarifa aos estudantes. Observa que não se entende qual a filosofia da programação.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que aquilo que pode ser feito, neste caso, é uma aposta grande na promoção e divulgação desta iniciativa, de forma a ter o maior número de público presente. Esta é a garantia que pode dar. No que se refere à questão suscitada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço, relativamente à ocupação da sala nas sessões de cinema projetadas no Auditório Municipal do Pinhal Novo, a situação é diferente. Acredita que as sessões de cinema – *Cine France* vão ser um êxito. A tarifa de ingresso que se propõe à aprovação tem um custo meramente simbólico e serve para cobrir a despesa que a Autarquia vai ter com o aluguer

dos filmes que vão ser passados. Deve haver uma lógica de comparticipação, até para a sustentabilidade do fundo da própria iniciativa. Não lhe parece que o valor de 1 euro vá inibir alguém de ir ao cinema. É um valor mais baixo do que aquele que foi praticado há dois anos e que foi o último em que esta iniciativa se realizou.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 5 – Protocolos de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e o Grupo de Teatro ATA – Ação Teatral Artimanha, o Grupo Coral Ausentes do Alentejo e o Bardoada – O Grupo do Sarrafo.

PROPOSTA N.º DCCT 02_05-14.

«A Câmara Municipal de Palmela tem na promoção e desenvolvimento da atividade cultural um dos eixos estratégicos da sua intervenção, alicerçado na cooperação com estruturas culturais instaladas no concelho.

Os Protocolos de Cooperação entre a Autarquia e as estruturas amadoras e associativas de âmbito cultural como é o caso do Grupo de Teatro ATA – Ação Teatral Artimanha, do Grupo Coral Ausentes do Alentejo e do Bardoada – O Grupo do Sarrafo, são elementos fundamentais do seu relacionamento e visam estabelecer relações aprofundadas que contribuam para um maior desenvolvimento cultural e local.

É neste contexto que se assume a importância de estabilizar este compromisso adequando-o às possibilidades e aos contextos de investimento municipal, perspetivando políticas públicas continuadas de apoio à Cultura, atendendo aos princípios de transparência, avaliação de resultados e alcance estratégico das parcerias a realizar.

O Grupo ATA – Ação Teatral Artimanha tem cumprido ao longo dos anos um papel fundamental na dinamização e fomento da atividade teatral local.

Com mais de trinta anos de atividade e cerca de meia centena de criações tendo participado em diversas iniciativas de promoção e desenvolvimento cultural, bem como, em parcerias com a autarquia, comunidade educativa ou o movimento associativo, tendo por base um trabalho comunitário, o ATA é um dos pilares da oferta cultural do Concelho de Palmela.

O Grupo Coral Ausentes do Alentejo tem um trabalho relevante na promoção cultural e artística do Concelho de Palmela. Usando o “cante” Alentejano como estratégia e unidade de pertença, é por este meio que tem desenvolvido e preservado uma das muitas origens que hoje se fundem na população do nosso concelho.

O Bardoada – O Grupo do Sarrafo com quinze anos de atividade, tem participado em diversas iniciativas em parceria com a autarquia, com especial destaque para a parceria FIG, e com a

comunidade educativa e movimento associativo, tendo por base um trabalho comunitário, o Bardoada é atualmente um dos pilares do dinamismo cultural do Concelho.

Nesta medida propõe-se dar continuidade à colaboração com estas entidades, que contribuem com a sua atividade para a consolidação de Palmela enquanto território de referência no panorama cultural da região.

Assim, **propõe-se**, em conformidade com a alínea u), n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos protocolos de cooperação com o Grupo de Teatro ATA – Ação Teatral Artimanha, com o Grupo Coral Ausentes do Alentejo e com o Bardoada – O Grupo do Sarrafo, cujas minutas fazem parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de *Protocolos de Cooperação* numerada *DCCT 02_05-14* intervieram:

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** observa que sempre que há razões para elogiar a forma como os processos são tramitados e/ou as iniciativas são levadas à prática, os Vereadores Socialistas têm o hábito de enaltecer. Atendendo a que não foi disponibilizado qualquer dossiê, relativo à proposta em apreço, não lhe permite efetuar quaisquer comparações com as propostas / protocolos que foram aprovadas em 1999. A questão foi ultrapassada e houve cooperação para a prestação dos esclarecimentos que necessitava. Reitera um pedido feito em reuniões camarárias anteriores: para que, pelo menos, as Informações Técnicas relativas às propostas que são presentes a reunião, possam ser disponibilizadas, porque servem como elemento de melhor elucidação/explicação. Caso contrário, o secretariado do Gabinete da Vereação do PS tem de estar sistematicamente a solicitar os dossiês. Comparando aquilo que é possível comparar entre a proposta agora apresentada e as anteriormente aprovadas, permite-lhe adiantar que o sentido de voto da Vereação PS será favorável por considerarem que estes Protocolos são um salto qualitativo em termos da clarificação destas cooperações. É preciso dar ainda um salto (que considera inevitável) para questões que já têm surgido noutros protocolos como, por exemplo, o pagamento das rendas. De todo o modo, não pode deixar de constatar que mudou o paradigma do apoio ao associativismo.

Insiste num assunto que já tem sido proferido em reuniões anteriores: a necessidade da aprovação e entrada em vigor do regulamento de apoio ao associativismo, de modo a permitir uma cabal avaliação dos critérios.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** coloca as seguintes perguntas:

- . Gostaria de ser esclarecida em que situações são consideradas a disponibilização de transportes aos clubes e/ou associações?
- . Relativamente aos cortes decididos pela Câmara Municipal no que respeita aos apoios financeiros, quais são os critérios que possibilitam decidir qual é a percentagem do valor que deve ser subtraído?

Com estas questões pretende demonstrar ao Sr. Vereador Luís Miguel Calha como se torna difícil analisar as propostas que observam a apoios financeiros e/ou protocolos que contemplam verbas. É evidente que têm de confiar que o que lhes é apresentado obedece a parâmetros justos, mas isso é insuficiente. Contudo, nota melhorias na elaboração dos documentos ora apresentados.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** considera pertinentes as apreciações, bem como as questões apresentadas pela Sr.^a Vereadora Natividade Coelho. É de opinião que seria bastante elucidativo e auxiliador de uma melhor análise que a proposta estruturasse o historial da relação da Câmara Municipal de Palmela com cada uma das entidades envolvidas nestes Protocolos de Cooperação (designadamente: ATA – Ação Teatral Artimanha / Grupo Coral Ausentes do Alentejo / Bardoadas – O Grupo do Sarrafo), o que serviria até para memória futura. As intervenções dos/as Vereadores/as para ficarem registadas em ata não são, só por si, suficientes para que os Munícipes percebam a razão pela qual a Autarquia decidiu em determinado sentido.

Quanto ao reparo feito pela Sr.^a Vereadora Natividade Coelho sobre o montante dos apoios financeiros, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** observa que a duas das entidades propõe-se a atribuição de verba idêntica, e a outra das entidades propõe-se um acréscimo de 50% face às duas primeiras. Recorda que, o Sr. Presidente da Câmara, na última sessão da Assembleia Municipal teve ocasião de mencionar que o regulamento de apoio ao associativismo já estava em fase de consultas nalgumas entidades. A este propósito, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** pergunta se há o risco de, numa próxima reunião de Câmara, puderem vir a ser confrontados com o regulamento deste género para que, também eles/as, apreciem a bondade do documento e, simultaneamente, efetuar sugestões de melhoria ao mesmo. Urge a entrada em vigor dum regulamento desta natureza que lhes permita que algumas das questões agora suscitadas, assim como na proposta seguinte (designada por *Atribuição de apoio financeiro à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida – ARCOLSA para apoio à realização do XX Festival do Queijo, Pão e Vinho*), ficassem mais claras e percutíveis. Não pode deixar de fazer esta nota ao “famigerado” regulamento.

O **Sr. Presidente** menciona que, em sua opinião, parece haver alguma “confusão” ou, pelo menos, entendimentos diferentes sobre o que é um protocolo. Assim sendo, um protocolo resulta de um acordo entre as partes. É um documento que foi negociado e contempla um conjunto de direitos e de deveres. As verbas propostas à aprovação, referem-se aos valores considerados justos e que estão relacionados com o trabalho contínuo das entidades em causa. Sobre as questões suscitadas acerca das verbas propostas (se diminuíram ou aumentaram), o **Sr. Presidente** refere que também podiam fazer uma aritmética diferente: se os montantes contemplados nestes Protocolos de Cooperação, face ao valor do orçamento atual da Autarquia, são ou não percentualmente superiores aos valores que estas entidades recebiam no passado. Percebeu e considera perfeitamente justas as questões apresentadas pelos Srs. Vereadores

Natividade Coelho e Paulo Ribeiro, mas até parece que o mundo não mudou e a crise não existe! Aproveita para tranquilizar os/as Srs./as Vereadores/as que o regulamento de apoio ao associativismo e, designadamente, os critérios estão a ser trabalhados. Certamente o Sr. Vereador Paulo Ribeiro interpretou mal as suas palavras, porque a explicação que deu na sessão da Assembleia Municipal foi a seguinte: os critérios (inclusive a prestação de transporte) do regulamento em causa estão a ser debatidas nos vários serviços camarários (Educação / Cultura / Desporto / Juventude), porque cada área tem a sua especificidade. Todas as sugestões estão a ser reunidas para se elaborar um documento único, sendo que a questão dos critérios por mais objetividade que se queira ter, haverá sempre uma 'franja' de subjetividade. A sua posição é que, para alguns apoios específicos, as entidades que possuem protocolo não podem concorrer a outro tipo de apoios, senão o financiamento é feito duas vezes. A atividade dos grupos/entidades objeto desta proposta (ATA / Grupo Coral Ausentes do Alentejo / Bardoadas) não pode aguardar pela aprovação do regulamento de apoio ao associativismo e, desde já, estão a avançar com melhoramentos, tal como a Sr.^a Vereadora Natividade Coelho deu nota.

Sobre a cedência de transportes por parte da Autarquia, o **Sr. Presidente** menciona que o que foi transmitido às associações no passado era, pelo menos, um transporte por ano e, nalguns casos, definiu-se também um limite máximo de quilómetros, sendo que houve flexibilidade dos serviços na análise em função de situações de cariz pontual. Em alguns casos, cedeu-se um único transporte a duas entidades, por forma a usar uma única viatura e um só motorista. Não é fácil a cedência de transportes aos fins-de-semana, para conciliar o cumprimento do número máximo de horas que os motoristas podem realizar.

Respondendo à questão concreta suscitada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro sobre a possibilidade de introdução de sugestões/melhorias no regulamento de apoio ao associativismo, o **Sr. Presidente** refere que vai haver oportunidade para opinar e acolher propostas de alteração ao documento. O regulamento será ainda sujeito a um período de discussão pública e em fóruns destinados ao associativismo podendo os/as Srs./as Vereadores/as (se assim o entenderem) dar os seus contributos. Opina que o plano de intervenção dos eleitos deve ser eminentemente político e em sede própria (em reunião da Câmara Municipal).

A **Sr.^a Vereadora Natividade Coelho** refere que a intervenção do Sr. Presidente clarifica algumas das suas dúvidas, quando esclarece que os grupos/associações apoiados no âmbito do protocolo que celebraram não podem ser alvo de um segundo apoio. Face a esta explicação, coloca a pergunta: uma vez que as entidades objeto da presente proposta (ATA – Ação Teatral Artimanha / Grupo Coral Ausentes do Alentejo / Bardoadas – O grupo do Sarrafo) são apoiadas no âmbito destes Protocolos de Cooperação mesmo que participem em outras atividades como, por exemplo, o FIG (Festival Internacional de Gigantes) não vão receber mais participações financeiras?

O **Sr. Presidente** responde que festivais como o FIG ou o FIAR (Festival Internacional de Artes de Rua) são projetos próprios que têm outro tipo de financiamento. Se uma coletividade recebe um apoio que se destina a suportar encargos de funcionamento com instalações no âmbito de um protocolo que tenha celebrado não vai concorrer a apoio para obras. Sugere que se aguarde pela redação do regulamento de apoio ao associativismo para melhor entendimento.

Acrescenta que, por ora, e em relação à proposta em apreciação não estão a discutir os critérios. Estes Protocolos de Cooperação obedecem a uma relação transparente e preveem direitos, deveres, valores, contrapartidas de uma e de outra parte. O que está indefinido relaciona-se com a disponibilidade da Câmara Municipal no apoio logístico. É evidente que o apoio logístico é prestado na medida das disponibilidades dos serviços da Autarquia. Em primeiro lugar os serviços camarários têm de dar resposta às necessidades operacionais da sua unidade orgânica – esta é a missão que lhes está cometida no âmbito da sua estrutura orgânica, só depois dão apoio logístico ao movimento associativo de acordo com a sua disponibilidade.

Opina que vai ser interessante a discussão do regulamento de apoio ao associativismo, quer por razões políticas, quer por razões de outra natureza; até mesmo pela experiência que alguns dos membros do executivo têm do associativismo.

Uma vez que não o fez aquando da discussão da Moção (Pela tolerância de ponto no Carnaval), o **Sr. Presidente** aproveita a ocasião para fazer uma referência elogiosa a todos aqueles que (uns com mais espírito carnavalesco do que outros) com ânimo, otimismo e alegria que as pessoas têm direito nesta quadra e brincaram ao Carnaval e, sobretudo, ao movimento associativo que soube dinamizar o Carnaval investindo trabalho e recursos próprios, desde o baile mais singelo ao maior desfile de máscaras, aos bailes com mais de 400 pessoas e casa esgotada, ao curso com milhares de visitantes. Quer felicitar todos aqueles que não desistiram de fazer acontecer, mesmo em tempos difíceis, mesmo em tempos em que a Autarquia não pôde dar os apoios que já chegou a dar no passado. Está em condições de adiantar que, na próxima semana, vai começar a reunir com uma associação para preparar o curso carnavalesco do próximo ano, que é um dos eventos mais significativos do concelho.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que a sua intervenção vai ser precisa e concisa:

. Relativamente ao facto de não terem sido enviadas as informações técnicas relativas à presente proposta, certamente ter-se-á tratado dum lapso dos serviços, mas dá a garantia que tal não voltará a acontecer. Assim que soube que a Sr.^a Vereadora Natividade Coelho teria necessidade de alguns dados, deu orientações aos serviços para que estes fossem disponibilizados;

. A cedência dos transportes tem vindo a ser concedida às associações até que esteja finalizada a revisão do regulamento de apoio ao associativismo;

. Em relação à redução da comparticipação financeira e à equivalência de valores, bem como a diferenciação que também acontece a uma das associações, explica que a Autarquia teve o cuidado de tratar diferente o que é diferente, e tratar igual o que é igual. No que respeita ao ATA – Ação Teatral Artimanha e ao Bardoadá – Grupo do Sarrafo os valores são idênticos, embora diferentes da redução que acontece para o Grupo Coral Ausentes do Alentejo e isto tem precisamente a ver com a atividade desenvolvida e com a maior ou menor capacidades destas associações em gerarem receitas, bem como o que têm sido os seus contributos para os objetivos do desenvolvimento cultural no concelho. A capacidade de realização das atividades do Grupo Coral Ausentes do Alentejo é diferente da que acontece com o ATA e o Bardoadá, desde logo pelas próprias características do Grupo e da sua composição etária mais avançada. Um outro dado também importante relaciona-se com o facto de o Grupo Coral Ausentes do Alentejo estar atualmente em instalações que são alugadas e possuir este compromisso, o que não acontece com o ATA e o Bardoadá que estão a funcionar em instalações da Autarquia com contrato de comodato. No caso destas duas últimas entidades – ATA e Bardoadá – a sua atividade é diferente dos Ausentes do Alentejo e ultrapassa as fronteiras do concelho com uma capacidade de gerar receitas os Ausentes do Alentejo não têm;

. A figura do *Protocolo* é um passo que se considera muito importante e está definida no Programa Municipal de Desenvolvimento do Associativismo. Essa é a matriz orientadora. No fundo, a celebração destes *Protocolos de Cooperação* garante uma maior transparência às associações – sabem com o que podem contar da parte da Câmara Municipal e o que podem exigir - e fica firmada esta contratualização. Esta figura é aquela que dá mais garantias, quer às Associações, quer à própria Autarquia, mesmo nesta fase em que está em “construção” o regulamento de apoio ao associativismo e que o remete para a seguinte resposta ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro: a elaboração deste documento vai ser amplamente participada com as associações/grupos para termos um regulamento com critérios claros, compreendidos e aceites e definidos por todas as estruturas associativas no concelho. Existirão vários momentos para a discussão do regulamento de apoio ao associativismo.

Submetida a votação a proposta, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida – ARCOLSA para apoio à realização do XX Festival do Queijo, Pão e Vinho.

PROPOSTA N.º DCCT 03_05-14.

«O Festival do Queijo, Pão e Vinho que realiza este ano a sua 20.ª edição, decorrerá nos dias 4, 5 e 6 de abril, nas instalações da ARCOLSA, em S. Gonçalo, freguesia de Quinta do Anjo.

A organização a cargo de uma comissão organizadora é liderada pela Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida – ARCOLSA.

O queijo e o vinho têm percorrido um caminho de sucesso, com o grande contributo das estratégias de promoção dos produtos locais que a Câmara Municipal de Palmela tem vindo a desenvolver nos últimos vinte anos e onde merece um lugar de destaque o Festival do Queijo, Pão e Vinho, que constitui um cartaz turístico de indiscutível relevância na região.

Este festival foi a primeira mostra especializada nos produtos de qualidade da região e tem conseguido manter esse seu estatuto, renovando-se e adaptando-se às mudanças dos tempos, atento às dificuldades que vão surgindo e tentando convertê-las em oportunidades. Apesar do difícil contexto económico em que nos encontramos, o festival tem conseguido crescer e proporcionar excelentes oportunidades de promoção e negócio direto aos produtores locais, que consideraram o ano de 2013 como o melhor ano do festival.

No corrente ano, o festival volta a receber os principais produtores de vinho da Península de Setúbal, a totalidade dos produtores de Queijo de Azeitão, alguns produtores artesanais de pão e alguma da melhor doçaria que se faz na região.

Para além da componente comercial, ao longo dos três dias, os visitantes poderão assistir a demonstrações equestres ou de cães de trabalho, mostras de tosquia e corridas de ovelhas, participar nos laboratórios de gosto e provas de vinho, confraternizar com produtores e enólogos, ou conviver com amigos saboreando o queijo, pão e vinho.

Pelas suas características singulares, o Festival do Queijo, Pão e Vinho é uma organização complexa e dispendiosa, tendo a ARCOLSA solicitado apoio logístico e financeiro. A Câmara Municipal de Palmela tem assumido o papel de parceiro neste importante evento, reconhecendo o contributo para a promoção dos produtos regionais e para a dinamização de um sector económico com grande relevância no nosso concelho.

Assim, dada a importância do evento para a promoção turística e desenvolvimento económico do concelho de Palmela, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoio financeiro no valor de € 4.000,00 (quatro mil euros) à ARCOLSA – Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida, para colmatar parte das despesas da organização deste evento.»

Sobre a proposta de *Atribuição de apoio financeiro à ARCOLSA* numerada *DCCT 03_05-14* intervieram:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que faz votos para que a *20.ª Edição do Festival do Queijo, Pão e Vinho* seja um sucesso. Opina que deve ser concertado com as Autarquias dos concelhos limítrofes para que não levem à prática um evento idêntico neste mesmo fim-de-semana em que se realiza este *Festival*. Não vale a pena entrar em concorrências e a cidade de Setúbal pode organizar o seu Festival noutro dia que não exatamente este.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que os Vereadores do PS pretendem realçar a importância do *Festival do Queijo, Pão e Vinho* não só pela sua atividade turística, mas sobretudo pelas atividades que representam o concelho, através destas atividades económicas. Vão naturalmente votar favoravelmente a presente proposta, mas consideram que o apoio financeiro podia ser de valor superior, desde que justificado. Há um enquadramento da parte da identificação da necessidade e, também, da estratégia da Autarquia. Sublinha, em representação dos Vereadores Socialistas, o apoio logístico prestado pela Câmara Municipal, e especialmente com a zona de exposição de animais, cujas condições necessitam de acuidade.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** termina a sua intervenção com a seguinte sugestão: para que o *Festival do Queijo, Pão e Vinho* seja integrado no cartão *Palmela Tourist Card* com um desconto à entrada ou interagindo com a banca. O sucesso deste cartão também depende daquilo que são os eventos turísticos e económicos, como também da sua rotina de utilização que, nesta altura, ainda não existe.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere-se à intervenção do Sr. Pedro Taleço, concretamente quando refere que o *Palmela Tourist Card* não tem rotina de utilização, provavelmente, terá alguns dados que ele próprio desconhece. Gostaria de saber quais são.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** responde que é o Sr. Vereador Luís Miguel Calha que detém os pelouros do Turismo e do Desenvolvimento Económico, por isso, terá certamente a monitorização e os dados, até porque o projeto *Palmela Tourist Card* possui um ponto específico denominado - monitorização e indicadores de avaliação.

O **Sr. Presidente** intervém a este propósito, dizendo que a Autarquia possui os indicadores de avaliação, que vão desde o número de visitantes à opinião dos participantes. Adianta que está agendada uma reunião de trabalho para a próxima semana.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que tem os números de todos os estabelecimentos que aderiram ao *Palmela Tourist Card*. Ao falar com as pessoas dos estabelecimentos e perguntar-lhes quantas pessoas vão usufruindo do cartão percebe que este não é usado. Obviamente que a sua intervenção tem de ser fundamentada, até porque não faz ficção.

Dirigindo-se ao Sr. Vereador Pedro Taleço, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** questiona se terá frequentado os 50 estabelecimentos aderentes ao *Palmela Tourist Card* e perguntou qual era a utilização do cartão?

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que pode responder até com uma breve opinião: julga que como eleitos devem interessar-se pelo sucesso das campanhas, e tem por prática fundamentar-se antes de falar. Cita alguns estabelecimentos:

- . o Portugando – é de opinião que o cartão não se justifica, porque não teve utilizações;
- . o Chicco's - não tem conhecimento que alguém tenha apresentado o cartão.

O **Sr. Presidente** observa que o Sr. Vereador Pedro Taleço pode fazer as inquirições que quiser aos comerciantes do concelho. Regista que os comerciantes reúnem com a Autarquia e transmitem a sua opinião sobre o cartão. Está em condições de adiantar que o *Palmela Tourist Card* está a ter mais utilizadores e um número crescente de pessoas a aderir ao mesmo. A proposta em apreciação e discussão denomina-se *Protocolos de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e o Grupo de Teatro ATA – Ação Teatral Artimanha, o Grupo Coral Ausentes do Alentejo e o Bardoada – o Grupo do Sarrafo*, com que intento vem despertar a questão do *Palmela Tourist Card*?

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 7 – Hasta Pública – Atribuição de direito de ocupação de espaço de venda do Mercado Municipal de Palmela.

PROPOSTA N.º DCCT 04_05-14.

«Encontrando-se desocupado o espaço de venda n.º 6 do Mercado Municipal de Palmela, **propõe-se**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais, a realização de hasta pública para a atribuição do direito de ocupação desse espaço, nas condições a seguir discriminadas e que a Comissão encarregue de promover a hasta pública seja composta por:

- a) Elementos efetivos: Maria do Carmo Guilherme, Técnica Superior da Divisão de Cultura, Comunicação e Turismo; Luís Vaz Pereira, Técnico Superior (Médico Veterinário) da Divisão de Espaço Público e Ambiente e Teresa Cabica, Assistente Técnica da Divisão de Administração Geral;
- b) Elementos suplentes: Sandra Paulino, Técnica Superior do Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção do Investimento e Casimiro Amores, Encarregado Operacional, da Divisão de Cultura, Comunicação e Turismo.

Propõe-se ainda, que sejam conferidos poderes ao Sr. Presidente de Câmara para marcar a data, hora e local para a realização da respetiva hasta pública, a ser divulgado por edital.»

Espaço de venda disponível

Mercado	Espaço Venda n.º	Produto a comercializar	Base licitação	Lance
Palmela	6	Cafetaria	300,00 €	30,00 € .»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Munícipes quer intervir.

Sr. Fernando Coelho:

Vem perguntar qual a previsão para a entidade responsável pelas obras na estrada de Cabanas as concluir. Recorda que o Sr. Presidente da Câmara informou, há alguns dias, que segundo a informação que detinha, as obras terminariam até final do mês passado, o que não aconteceu.

A solicitação do Sr. Presidente, intervém a Sr.ª Diretora do Departamento de Ambiente e Gestão Operacional do Território, dizendo:

. A informação que detém é a de que a obra está prestes a terminar. Estava prevista a sua conclusão para a semana passada, portanto, até final do mês de fevereiro. As condições climatéricas também não têm ajudado muito. Prevê-se a sua conclusão para breve. A responsabilidade pela obra cabe às Estradas de Portugal.

O **Sr. Presidente** menciona que o Município procura dar a informação aos Srs. Munícipes para os/as tranquilizar. A descoincidência entre a data indicada e a realidade não é pura coincidência, mas a execução desta obra não é da responsabilidade do Município. Sabe que aquele tipo de obras é complexa e o mau tempo até destrói o que já foi feito, mas "ao que parece" o seu termo deve estar para breve.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das vinte horas e quarenta e cinco minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco